

Universidade Federal de Minas Gerais

Jéssica Sapore de Aguiar

**AS PRODUÇÕES DISCENTES NA EDUCAÇÃO SOBRE A LEI
DE APRENDIZAGEM: O CENÁRIO ATUAL DOS/AS
JOVENS NO TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO.**

Belo Horizonte

2014

Jéssica Sapore de Aguiar

**AS PRODUÇÕES DISCENTES NA EDUCAÇÃO SOBRE A LEI
DE APRENDIZAGEM: O CENÁRIO ATUAL DOS/AS
JOVENS NO TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO.**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Faculdade de Educação da Universidade Federal de
Minas Gerais, para obtenção do título de graduação
em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Shirlei Rezende Sales.

Belo Horizonte

2014

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Shirlei Rezende Sales
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Geraldo Magela Pereira Leão
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof^a. Dr^a. Carla Valéria Vieira Linhares Maia
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras. E, por isso, as lutas pelas palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras palavras são lutas em que se joga algo mais do que simplesmente palavras, algo mais que somente palavras. (Larrosa, 2002, p. 21).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir viver o sonho de me tornar Pedagoga.

Ao meu Pai pelo o seu exemplo de força e superação. A minha Mãe, por acreditar em mim, pelo amor, pela dedicação e pelo apoio, ter você como mãe/pai foi essencial nesta conquista.

A minha irmã Gisele pelo incentivo, aos meus queridos primos/sobrinhos Matheus e Gabriel pelas tardes de descontração e boas risadas.

Ao Felipe, meu amor, obrigada pelas companhias nos finais de semana de escrita, pelos jantares no “bandejão”. Seu companheirismo, amizade e amor foram fundamentais nesta caminhada.

Ao Ceduc, Assprom e Senac por terem me dado a oportunidade de vivenciar a prática junto da teoria, aos/as queridos/as supervisores/as pelo aprendizado. Foram nos estágios não obrigatórios que as primeiras inquietações desta pesquisa surgiram.

Pibid, Observatório da Juventude e Obeduc, por me permitirem vivenciar a prática das pesquisas e enriquecer o meu conhecimento acadêmico.

Aline, Gecilene, Gislene, Marco e Rafaela, como agradecer vocês? Não existem palavras que demostrem minha gratidão. Obrigada pelas leituras, releituras e contribuições em minha monografia. Obrigada por parar muitas vezes os sábados e domingos familiares para contribuir com o meu trabalho. A vocês minha eterna gratidão.

A minha querida orientadora de monografia Prof^ª Dra. Shirlei Sales, obrigada por me permitir vivenciar as orientações coletivas, foram de um aprendizado indescritível. Obrigada por ter acolhido tão bem meu projeto, por me auxiliar em minhas dúvidas e por ser esse exemplo de Profissional da Educação, que bom seria se todos os/as professores/as fossem como você.

Ao querido Prof. Dr Geraldo Magela Pereira Leão e a querida Prof. Dra. Carla Valeria Vieira Linhares Maia pelas contribuições na banca.

Resumo

O objetivo desta monografia é analisar como as questões de gênero são problematizadas nas teses e dissertações na pós-graduação em Educação sobre “Jovem Aprendiz” no período de 2002 a 2013. Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica, uma vez que essa abordagem possibilita mapear a situação em que as pesquisas dessa temática se encontram. Nesta monografia, analisei as produções discentes sobre as relações dos/as jovens com o trabalho e se estas problematizam as relações de gênero no programa de aprendizagem. E procurarei averiguar o que elas estão discutindo sobre a temática, onde estão sendo produzidas e quais são as principais questões analisadas. Como resultado se conclui que as pesquisas sobre jovens aprendizes não problematizam as questões de gênero. Com esta pesquisa, foi possível perceber as expectativas em relação ao futuro profissional e inserção dos/as jovens no mercado de trabalho, conciliação com os estudos e relação com a família são temáticas mais problematizadas nas pesquisas analisadas. Como referencial teórico foi utilizado Dayrell (2009), Sposito (2002), Louro (1997), Scott (1990) e Sales (2010).

Palavras- chave: Jovem Aprendiz, Gênero, Trabalho, Produção discente, pesquisa bibliográfica, política pública.

GRÁFICOS

| | | |
|-----------|--|----|
| Gráfico 1 | Número de teses e dissertações concluídas por ano..... | 32 |
| Gráfico 2 | Sentidos positivos atribuídos nas produções analisadas na inserção dos/as jovens aprendizes no mundo do trabalho | 43 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|------------|--|----|
| Quadro 1 - | Distribuição da produção de teses e dissertações por ano de defesa e universidade..... | 31 |
| Quadro 2- | Relação de aprendizes por sexo nas produções analisadas..... | 36 |
| Quadro 3 - | Distribuição de aprendizes homens e mulheres nas produções analisadas..... | 39 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|------------|---|----|
| Tabela 1 - | Distribuição regional das teses e dissertações sobre Jovem Aprendiz | 33 |
|------------|---|----|

Sumário

| | | |
|-----|---|----|
| 1. | Introdução..... | 9 |
| 1.1 | Procedimentos Metodológicos | 12 |
| 2. | Transformações no mundo do trabalho – uma relação de gênero | 15 |
| 3. | A Lei da aprendizagem 10.097/2000 e a inserção do/a jovem no mundo do trabalho. 19 | |
| 4. | Referencial teórico | 22 |
| 4.1 | Juventudes, uma construção social e cultural..... | 22 |
| 4.2 | Trabalho decente e suas concepções | 24 |
| 4.3 | Os estudos e as relações de gênero com o trabalho..... | 26 |
| 5. | Estudos de jovens aprendizes na Educação – Em que lugar está sendo produzidos? 30 | |
| 6. | A inserção dos/as jovens no mundo do trabalho por meio do programa do/a “jovem aprendiz” e as relações de gênero | 35 |
| 7. | Os sentidos positivos atribuídos pelos/as jovens aprendizes para o trabalho e a Aprendizagem: Experiência no primeiro emprego, capacitação profissional e ajuda em casa 42 | |
| 8. | A dura realidade da dupla jornada: Conciliação entre o Trabalho e a Escola. | 47 |
| 9. | O incentivo ao primeiro emprego: A influência da família na vida laboral dos/as jovens aprendizes | 51 |
| 10. | Considerações Finais | 55 |
| 11. | Referências Bibliográficas | 57 |

1. Introdução

O trabalho está cada vez mais presente na vida dos/as jovens brasileiros/as, e nesta perspectiva Nonato (2013) aponta que é necessário entender como se dá a relação entre juventude e trabalho. Traçando um panorama entre os mercados globais de trabalho para jovens e a ‘persistente’ crise econômica mundial, o relatório "Tendências Mundiais do Emprego Juvenil em 2013 – Uma Geração em Perigo”, lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), demonstra o preocupante crescimento dos índices de desemprego dos/as jovens. Após uma redução, dos 12,7% registrados em 2009 para 12,3% em 2011, a taxa mundial de desemprego juvenil voltou a subir em 2012, registrando um índice de 12,4%. A estimativa é a de que esse percentual alcançou os 12,6% no ano de 2013. De acordo com os dados coletados, a estimativa é a de que cerca de 73,4 milhões de jovens ficaram desempregados em todo o mundo do ano de 2013, o que significa 3,5 milhões a mais do que em 2007 e 0,8 milhões a mais que em 2011. Segundo o estudo, o enfraquecimento da recuperação econômica em 2012 e 2013 agravou a crise do emprego juvenil, dificultando ainda mais o acesso de jovens ao mundo do trabalho. A dificuldade chega a tal ponto que faz com que muitos/as jovens queiram desistir de continuar buscando um trabalho.

Além das dificuldades de inserção, o cenário dos/as jovens no trabalho também é marcado pelas questões de gênero, de acordo com a síntese da situação juvenil no mundo do trabalho brasileiro, apresentada na Agenda Nacional de Trabalho Decente para Juventude (ANTDJ). Entre as jovens mulheres que estão no mundo do trabalho, grande parte está presente em ocupações que indicam maior precariedade: trabalho sem carteira assinada, com longas jornadas, baixos salários, locais insalubres e trabalho doméstico. Apesar da maior escolaridade alcançada pelas jovens, elas têm menos acesso ao trabalho com carteira assinada em comparação com os rapazes. De acordo com a ANTDJ (2011) entre as jovens mulheres que conseguem cursar faculdade, muitas se inserem em profissões relacionadas ao cuidado, e que por serem tradicionalmente identificadas com habilidades “naturais” das mulheres, oferecem baixos salários a elas. Entre as jovens mulheres apenas com ensino fundamental ou médio, as ocupações de empregada doméstica, atendente de telemarketing, cabeleireira, manicure, vendedoras e recepcionistas englobam majoritariamente as possibilidades de emprego oferecidas às jovens mulheres na área urbana. Em ambos os casos, a trajetória da jovem mulher no

emprego é fortemente marcada por discriminações sexistas, inclusive sendo elas o maior alvo do assédio moral e sexual.

No que diz respeito a inserção dos/as jovens, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 (art. 7º, XXXIII) proíbe qualquer tipo de trabalho para menores de 14 anos. Nessa idade o trabalho só é permitido na condição de aprendiz, em atividade relacionada à qualificação profissional. Acima dos 16 anos o trabalho é autorizado, desde que não seja no período noturno, em condição de perigo ou insalubridade e desde que não atrapalhe a jornada escolar. No entanto, se o/a jovem com mais de 16 anos não tiver carteira assinada ou estiver em situação precária de trabalho, a condição pode ser considerada como trabalho infantil e ilegal.

Diante desse cenário, a proposta desta monografia foi mapear as produções discentes sobre Jovem Aprendiz, na área da educação, e como essas problematizam as relações de gênero presentes no mundo do trabalho. Esta monografia é resultado da minha trajetória acadêmica que, por meio das vivências e reflexões sobre as questões das juventudes, trabalho e gênero, me trouxeram inquietações sobre as relações estabelecidas nesses eixos temáticos. Esse processo envolve minha participação no programa de aprendizagem como jovem aprendiz, estágios não obrigatórios em instituições que desenvolvem o programa de aprendizagem, a minha inserção no grupo de ensino, pesquisa e extensão Observatório da Juventude e minha atual participação no projeto “Práticas Formativas da Juventude Trabalhadora no Ensino Médio Integrado” junto ao Observatório da Educação. No decorrer da graduação, por meio desses projetos, pude me aproximar mais dos/as jovens nos ambientes de trabalho, vivenciei diversas inquietações acerca deste tema, principalmente questões relacionadas às condições, diferenças e desigualdades de gênero. Assim, ao realizar uma revisão da produção brasileira sobre Jovem Aprendiz, analisando a tese e as dissertações no campo da educação, tive como objetivo investigar como essas produções discutem as relações de gênero. O resultado foi que as autoras pesquisadas não problematizam a questão de gênero em suas pesquisas.

Dessa forma foi necessário identificar quais são os assuntos mais abordados nas produções. O resultado desta investigação está apresentado nesta monografia por seções. Na primeira parte explico a metodologia do estudo e os procedimentos metodológicos utilizados. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica uma vez que possibilita mapear o campo. Na segunda parte trago o objeto de estudo relações de gênero no mundo do trabalho e as relações dos/as jovens com este, logo depois é apresentada a lei de

aprendizagem, seus limites e suas possibilidades. Na terceira parte apresento um panorama geral da produção sobre o tema, mostro os dados encontrados no levantamento referentes a quem, quando e onde se publicou sobre esse tema no período da investigação.

Na quarta parte faço agrupamentos dos trabalhos pesquisados, de acordo com o objetivo central da investigação e com as temáticas mais problematizadas na da tese e dissertações encontradas, e os analiso. No capítulo sobre as questões de gênero, busquei mapear como as autoras problematizam as relações de gênero em suas pesquisas. O resultado foi um silenciamento nas produções, já que em alguns trabalhos existem diferenças na inserção dos/as jovens no mundo do trabalho e as autoras não problematizam o assunto. No capítulo a seguir é apresentado como os fatores relevantes na inserção no mundo do trabalho são descritos. As autoras concluem que os/as jovens vêem o programa como uma oportunidade de primeiro emprego e experiência profissional. Já no capítulo em que a conciliação trabalho e escola é problematizado, as autoras vêem essa dupla jornada como de difícil conciliação. No capítulo que descreve a relação da juventude trabalhadora com a família é possível concluir que essa apoia a inserção dos/as jovens no mundo do trabalho, porém não são levadas em conta as consequências que este pode gerar na escola. Procurei, em cada um desses agrupamentos evidenciar os temas mais discutidos e analisados nas pesquisas. Na quinta parte apresento lacunas identificadas no campo e faço minhas considerações finais sobre o estudo. Durante as apresentações das análises nesta monografia, foi usado como estratégia grafar os nomes das autoras das pesquisas que constituem o corpus desta monografia em *itálico* de modo a ajudar o/a leitor/a à diferenciar às referências bibliográficas utilizadas como referencial teórico.

A presente pesquisa consiste numa pesquisa bibliográfica, uma vez que essa abordagem possibilita mapear a situação em que as produções de determinada temática se encontram. É isto que faço nesta monografia, analiso as produções discentes sobre as relações dos/as jovens com o trabalho e se essas problematizam as relações de gênero no programa de aprendizagem. Procuro averiguar o que elas estão discutindo sobre a temática, onde estão sendo produzidas e quais são as principais questões analisadas. Para Malheiros (2010), a pesquisa bibliográfica levanta o conhecimento disponível na área, possibilitando que o/a pesquisador/a conheça as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para compreender ou explicar o seu problema objeto de investigação. Os levantamentos bibliográficos, de acordo com

Ferreira (2002), são reconhecidos por “realizarem uma pesquisa de caráter inventariante e descritivo da produção científica sobre o tema que buscam investigar” (p.258). Segundo a autora, em geral, as pesquisas tentam responder: “que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares? De que formas e em que condições têm sido produzidos determinados conhecimentos? Quais têm sido os espaços de divulgação das produções do campo escolhido?” (p. 257).

Para Figueiredo (1990), a pesquisa bibliográfica possui dois papéis interligados: “constituem-se em parte integral do desenvolvimento da ciência: função histórica; fornecem aos profissionais de qualquer área, informação sobre o desenvolvimento corrente da ciência e sua literatura: função de atualização.” (p.132) A pesquisa bibliográfica é uma ferramenta importante para otimização do trabalho de investigação, pois “propicia ao pesquisador tomar conhecimento, em uma única fonte, do que ocorreu ou está ocorrendo periodicamente no campo estudado, podendo substituir a consulta a uma série de outros trabalhos.” (NORONHA; FERREIRA, 2000, p. 192). Ferreira (2002) destaca também que as pesquisas bibliográficas não podem ser consideradas apenas um levantamento de trabalhos, como um catálogo, pois segundo a autora, os/as pesquisadores/as são movidos/as pelo desafio de conhecer o já construído e produzido, para posteriormente buscar o que ainda não foi feito. Dessa forma, as pesquisas bibliográficas evidenciam as lacunas e os trabalhos já produzidos, organizando o cenário das pesquisas sobre determinado tema.

A seguir apresento os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, a fim de esclarecer o passo a passo que me levou ao material analisado e me conduziram à algumas conclusões.

1.1 Procedimentos Metodológicos

Foi realizado um levantamento bibliográfico das produções sobre Jovem aprendiz na área da Educação nos sites da Coordenadoria de Capacitação de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O objetivo era levantar as produções atuais de dissertações e teses que vem discutindo o Programa de Aprendizagem estabelecido pela lei nº. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005 e como elas problematizam as relações de gênero presentes no mundo do trabalho dos/as jovens.

Inicialmente realizei uma pesquisa no banco de teses e dissertações da Capes para verificar o número de produções já realizadas sobre este tema. Como filtro utilizei trabalhos produzidos entre 2001 e 2013 na área da Educação. Ao digitar no campo assunto as palavras-chave “jovem aprendiz” encontrei 140 resultados. A fim de filtrar melhor a pesquisa, foi acrescentada a palavra-chave “trabalho”, sendo encontrados 103 produções. Ao acrescentar a palavra-chave “menor aprendiz” apareceram quatro resultados e quando adicionei a palavra “lei de aprendizagem” foram encontrados onze resultados. Ao analisar essas produções por meio da leitura dos resumos, foi possível selecionar oito trabalhos produzidos no campo da Educação para constituir o corpus desta pesquisa de monografia.

Para que fosse possível buscar os trabalhos na íntegra, posteriormente salvei os dados das produções (título, autor, universidade e ano) em uma tabela. Inicialmente coloquei os meus objetivos, para então destacar os trabalhos que respondiam aos meus objetivos. Porém muitos dos trabalhos não discutiam as minhas iniciais questões, então tive que realizar um novo agrupamento, destacando as questões mais problematizadas nas pesquisas. Na tabela colocava a temática discutida, a página de referência a autora e ano.

O primeiro processo de levantamento do material foi realizado em Julho de 2013 quando entreguei o projeto para o parecer no colegiado. Quando o parecer foi favorável à realização da pesquisa, fui novamente ao site da Capes para realizar um novo levantamento, a fim de conseguir buscar o maior número possível de material. Porém o site da Capes saiu do ar e assim permaneceu em manutenção até fevereiro de 2014. Quando o site voltou ao normal, este disponibilizava as produções somente de 2011 e 2012.

Diante desse cenário, optei por utilizar também o banco de dados do IBICT. Segui os mesmos passos e foi possível acrescentar mais dois trabalhos no campo da Educação. É importante destacar que no total foram selecionadas dez pesquisas para serem analisadas, porém só foi possível analisar nove, pois não conseguir obter o texto completo de uma delas. As produções que não encontrei disponíveis nas bibliotecas virtuais das universidades de origem, tentei entrar em contato com as autoras, pelo currículo lattes¹ ou pelo e-mail disponível na Capes. Porém com um trabalho não obtive retorno da biblioteca nem do e-mail disponível.

¹ Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/> > 04 de novembro de 2014

A partir dos trabalhos encontrados, fiz as leituras das produções na íntegra com o objetivo de identificar como as relações de gênero eram problematizadas nas pesquisas sobre Jovem Aprendiz. Logo após a fase de leitura, realizei agrupamentos que possibilitassem ao leitor ter uma visão geral sobre as tendências, ênfases e lacunas apresentadas nas produções. Essas questões possibilitaram uma análise sobre como as produções discentes de pós-graduação em Educação, sobre os/as Jovens Aprendizes discutem e problematizam o assunto.²

² Para a escrita da monografia, foram realizadas reuniões quinzenais, das quais além da orientadora, participavam dois alunos/as do mestrado, três da graduação e uma voluntária. Nas reuniões todos/as do grupo liam as análises desenvolvidas e contribuía com sugestões na escrita e no conteúdo.

2. Transformações no mundo do trabalho – uma relação de gênero

Desde os tempos remotos, evidenciam-se as diferenças na prática social, econômica, política e educacional entre homens e mulheres. O gênero feminino sempre esteve presente no mundo do trabalho, entretanto durante muito tempo, o significado dessa participação passou despercebido, e somente na modernidade, que passou a ser discutido (SCOTT, 1990). Para Curado e Menegon (2009) a problematização da relação entre gênero e trabalho e seu impacto na sociedade são discutidas pelos/as teóricos/as apenas recentemente. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de mulheres no conjunto de trabalhadores/as brasileiros/as cresceu de 21%, em 1970, para 45,3%, em 2011. O aumento quantitativamente significativo de participação feminina no mundo do trabalho e a mudança de seu modelo laboral não permitem mais considerar a mulher “uma força de trabalho secundária” (VENTURI & RECAMÁN, 2005). Esses indicadores sugerem progressiva conquista de igualdade entre os gêneros no mundo do trabalho, em termos de ocupações de postos de trabalho, entretanto, o cenário ainda se configura com poucas oportunidades de acesso feminino a novas profissões, a ocupações que envolvam novas tecnologias, a postos de trabalho melhor remunerados ou de maior responsabilidade hierárquica (ABRAMO, 2002).

De acordo com o IBGE (2010), o que contribuiu para o aumento da participação da mulher no mundo do trabalho no Brasil nos últimos anos foi o aumento da escolaridade feminina e as mudanças nos padrões culturais que estimularam as mulheres a trabalhar. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE (2010), o Brasil tem mais mulheres do que homens. De uma população de 195,2 milhões de habitantes, 100,5 milhões – ou 51,5% - são mulheres e 94,7 milhões são homens – 48,5% do total. Mas apesar de ser a maioria da população e muitas vezes ter mais tempo de estudo que os homens, as brasileiras ainda são minoria no mundo do trabalho e ganham menos que os homens.

Na Pesquisa Mensal de Emprego realizada pelo IBGE (2010) nas grandes empresas a desigualdade é marcante, menos de 14% dos cargos de diretoria das 500 maiores empresas do Brasil são ocupadas pelo sexo feminino. Elas também demoram mais para serem promovidas. Além disso, ainda de acordo com a mesma pesquisa, a participação das mulheres chega a 45,1% nas microempresas, contra uma média de 31,8% nas médias e grandes. Em relação aos salários, as mulheres obtêm renda mensal média de

R\$ 1.097,93, enquanto os homens atingem R\$ 1.518,31, de acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

Bruschini (1994) destaca que os estudos sobre o trabalho feminino mostram que é fundamental considerar que a participação feminina no mundo do trabalho foi definida não só pelas condições do próprio mundo, mas pelas possibilidades de que a mulher dispõe ao se oferecer a esse mercado. Diferentemente da inserção masculina, a entrada das mulheres no mundo do trabalho ocorre, principalmente, devido à redução dos níveis de rendimento familiar. Embora as sociedades ocidentais estejam progressivamente incrementando o discurso igualitário entre homens e mulheres em áreas como cultura, educação e até na legislação, mudanças reais são escassas quando se analisa a divisão hierárquica do trabalho. Bruschini (1994) defende que “o trabalho feminino não deixa de ser caracterizado como mais precário em relação ao masculino. Ao contrário, há várias evidências de que a desigualdade de gênero continua a demarcar o mercado de trabalho brasileiro” (BRUSCHINI, 2000, p.31). E isto fica evidente quando se detecta que, “apesar dos ganhos obtidos pelas trabalhadoras no que tange aos espaços ocupados no mercado de trabalho, os baixos rendimentos obtidos por elas e as desigualdades salariais entre os sexos refletem a permanência da discriminação sexual” (BRUSCHINI, 2000, p.42).

Essas questões afetam de modo específico a juventude brasileira. Existem diversos programas de desenvolvimento que dizem respeito a iniciativas públicas direcionadas especialmente aos/as jovens que buscam o início da vida profissional. Estes programas estão divididos em medidas direcionadas para jovens desempregados/as e desfavorecidos/as socialmente e que visam ampliar a formação inicial e a prática ao trabalho dos/as jovens. Dentre as várias formas de inserção do/a jovem no mundo do trabalho, existem projetos do primeiro emprego criados pelo Governo Federal e por Organizações não governamentais (ONGs), Projetos Educacionais, etc; mas uma das formas muito utilizadas para o/a jovem conseguir ingressar no mundo do trabalho atualmente é por meio do Programa Jovem Aprendiz, que é o foco deste estudo.

No Brasil é crescente o número de jovens, em busca de uma qualificação profissional. Muitos/as adolescentes com essa perspectiva já estão inseridos/as no mundo do trabalho como aprendizes. O Programa Jovem Aprendiz é um programa de Formação e Qualificação Profissional baseado na Lei nº 10.097/2000 e seu Decreto nº 5.598/2005 em parceria com grandes empresas públicas e privadas em todo o Brasil, em que os jovens de 14 a 24 anos são contratados por empresas parceiras e celebram um contrato de aprendizagem nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e

recebem um salário baseado no valor do salário mínimo hora. É considerado/a Jovem Aprendiz aquele/a contratado/a diretamente pelo/a empregador/a ou por intermédio de entidades sem fins lucrativos, que esteja matriculado/a e frequentando a escola, caso não tenha concluído o Ensino Médio e esteja inscrito/a no programa de aprendizagem desenvolvido por instituições de aprendizagem³.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), até fevereiro de 2013 já eram 18.812 jovens contratados/as como aprendizes no Brasil. De acordo com Branco (2005), a lei da aprendizagem é uma das políticas públicas voltadas a minimizar o cenário desfavorável e reduzir impactos sobre a procura de trabalho na juventude. No Brasil, 66% dos 53,9 milhões de jovens entre 14 e 29 anos estão no mundo do trabalho, enquanto cerca de 40% apenas estudam. A informação faz parte da pesquisa Jovens e Trabalho no Brasil – Desigualdades e Desafios para as Políticas Públicas. (CORROCHANO; FERREIRA; FREITAS & SOUZA, 2008).

Nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2006, realizada pelo IBGE, os/as jovens trabalhadores/as passam a ser maioria na faixa etária de 18 a 21 anos, na qual 75% estão no mercado e 40% ainda estudam. Dos 22 aos 24 anos, os números alcançam 80% e 20%, respectivamente. A proporção muda para 83% e 15%, a partir dos 25 anos. As mulheres se mantêm mais tempo que os homens como estudantes, porém encontram mais dificuldade para conseguir um emprego. Os/As negros/as são maioria nas categorias mais desfavorecidas: desempregados/as que estudam, desempregados/as que não estudam e pessoas que não trabalham e não estudam. Outros dados de destaque obtidos pela pesquisa são o perfil dos/as jovens no trabalho e na escola: dos 14 aos 19 anos, enquanto 66,6% dos brasileiros trabalham ou procuram emprego, 21% apenas estudam e 13% não desempenham nenhuma das atividades.

O mundo do trabalho atual constitui grande desafio para os/as jovens. Relatório recente da OIT (COSTANZI, 2009), que trata da relação juventude e trabalho, reconhece que a inserção dos/as jovens no mundo do trabalho se faz de maneira precária, visto que os índices de ‘trabalho decente’⁴ são baixos. Além da dificuldade para conseguir um lugar no mundo do trabalho, os/as jovens têm também dificuldade para conseguir um bom emprego. Muitos/as só encontram empregos de má qualidade, com baixos salários e longas jornadas. Abramo (2006) afirma que o mundo do trabalho brasileiro está marcado

³ A discussão sobre o Jovem Aprendiz e a Lei de Aprendizagem será detalhado no próximo tópico.

⁴ O conceito de trabalho decente será melhor discutido posteriormente.

por significativas e persistentes desigualdades de gênero e raça e esse é um aspecto que deve ser levado em conta nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em geral, e, em particular, das políticas de emprego, inclusão social e redução da pobreza.

Diante do atual contexto, ao ler e conhecer melhor a produção desse campo, considerei importante sistematizar o que as produções acadêmicas discentes dizem sobre a relação entre juventude, trabalho e gênero, tendo em vista aqueles/as jovens que estão ingressando no mundo de trabalho como aprendizes. Resolvi, então, fazer deste tema o objeto de estudo da minha monografia de conclusão do curso de pedagogia, que tem como pergunta central: “Como as dissertações e teses sobre a lei do/a jovem aprendiz discutem as relações entre gênero e trabalho?”

3. A Lei da aprendizagem 10.097/2000 e a inserção do/a jovem no mundo do trabalho.

As questões da juventude têm surgido como temática significativa nas últimas décadas, seja para o propósito de discutir políticas públicas em diversos domínios sociais, seja para problematizar as temáticas trabalho/emprego. Atualmente no Brasil, vários/as jovens estão à procura de um emprego, seja este para ajudar em casa ou até mesmo para conquistar sua independência financeira. Conforme o Manual de Aprendizagem divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ao proibir o trabalho aos menores de 16 anos, a Constituição da República de 1988 ressaltou a possibilidade de ingresso no mundo do trabalho, na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. No Brasil, historicamente, a aprendizagem é regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e passou por um processo de modernização com a promulgação da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 e do Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, que veio estabelecer os parâmetros necessários ao fiel cumprimento da legislação e, assim, regulamentar a contratação de aprendizes nos moldes propostos. Dentro das políticas públicas oferecidas aos/as jovens no mundo do trabalho, é importante ressaltar que existem outros programas que auxiliam a inserção dos/as jovens no mundo do trabalho, como por exemplo: jovens da Cruz Vermelha e adolescentes trabalhadores da Assprom, onde esses/essas jovens com mais de 16 anos cumprem uma jornada de 8 horas diárias, porém trataremos nesta monografia exclusivamente dos/as jovens aprendizes.

A Lei da Aprendizagem 10.097/2000 é um programa do governo federal que auxilia os/as jovens na inserção ao mundo do trabalho. O/A aprendiz é o/a jovem com idade entre 14 e 24 anos, matriculado em curso de aprendizagem profissional e admitido por estabelecimentos de qualquer natureza que possuam empregados/as regidos/as pela CLT. De acordo com a lei de incentivo à contratação de jovens, regulamentada pelo Decreto 5.598/2005, empresas de médio e grande porte são obrigadas a reservar entre 5% e 15% das vagas para a formação profissional de adolescentes e jovens com idades entre 14 e 24 anos incompletos. Ficam excluídos/as da base de cálculo os/as empregados que executem os serviços prestados sob o regime de trabalho temporário, instituído pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1973.

De acordo com o Manual da Aprendizagem feito pelo MTE, deverão ser incluídas na base de cálculo todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos. Requer observar

que os 5% obrigatórios (mínimo), devem incidir somente sobre o total de empregados que ocupem funções que demandem aprendizagem/ formação profissional, e não sobre o total de empregados/as do estabelecimento empresarial.

Exemplo:

- nº de empregados do estabelecimento = 300
- nº de empregados que ocupam funções que demandam aprendizagem = 100
- nº de aprendizes a serem contratados, no mínimo = 5 (100 x 5%)

Para os/as aprendizes que ainda não concluíram o ensino médio, a jornada máxima é de 6 horas diárias ou 36 semanais, Para os que já concluíram o ensino médio, até 8 horas diárias ou 40 semanais, desde que sejam nelas computadas atividades teóricas, recomendando-se, neste caso, no mínimo 02 horas diárias para este fim. Em ambos casos, são vedadas prorrogações ou compensações da jornada. O Auditor Fiscal do Trabalho, em caso de regularização de entidades que fazem intermediação do trabalho de adolescentes, no sentido de transformação das mesmas em agências de aprendizagem, incentivam para que se opte por jornadas de 4 horas diárias (MANUAL DE APRENDIZAGEM, 2014).

A aprendizagem profissional corresponde à formação técnico- profissional aplicada ao/a adolescente ou jovem, segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor, implementada por meio de um contrato de trabalho especial, denominado contrato de aprendizagem, necessariamente por escrito e com prazo determinado de, no máximo, dois anos. Em fevereiro de 2008, o Ministério do Trabalho (MTE), apoiado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) lançou o Manual de Aprendizagem “O que é preciso saber para contratar o jovem aprendiz”, que tem por objetivo apresentar e esclarecer questões referentes à Lei da Aprendizagem e às formas de contratações de jovens aprendizes pelas empresas. Nesse Manual, o então Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Luzzi, informa que a Lei da Aprendizagem é uma política pública de Estado, que tem por objetivo a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens. Essa lei amplia as possibilidades de inserção dos/as jovens no mundo do trabalho, favorece ao empresariado a possibilidade de cumprir a função social e contribui para a formação de jovens profissionais mais capacitados/as para superar as exigências do mercado. Para o ministro, é mais que uma obrigação legal, “[...]”

é uma ação de responsabilidade social e um importante fator de promoção da cidadania, redundando, em última análise, numa melhor produtividade” (BRASIL, 2008, p. 9).

De acordo com o MTE a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens amplia as possibilidades de inserção no mundo do trabalho e torna mais promissor o futuro da nova geração. O/A empresário/a, por sua vez, além de cumprir sua função social, contribuirá para a formação de um/a profissional mais capacitado para as atuais exigências do mundo do trabalho e com visão mais ampla da própria sociedade. Conforme indica a legislação (Lei 10.097/2000), o contrato de aprendizagem é uma modalidade especial de contrato de trabalho, no qual o/a empregador/a tem o compromisso de assegurar ao/à adolescente maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro anos), uma formação técnico-profissional sistemática, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Nesse sentido, a Lei da Aprendizagem preconiza que a profissionalização do/a jovem é uma etapa do seu processo educativo e o trabalho é fonte de aprendizagem. A formação teórica acontece em entidade formadora credenciada (Sistema Nacional de Aprendizagem ou organização não governamental) e a formação prática acontece na empresa, em atividades variadas, de complexidade progressiva. O/A jovem que se torna aprendiz conta com a carteira de trabalho assinada, contrato de trabalho específico, salário mínimo/hora e todos os direitos e benefícios trabalhistas assegurados aos/as demais empregados/as da empresa. Segundo o MTE (2009), a aprendizagem é uma política que cria oportunidades tanto para o/a aprendiz quanto para as empresas, pois prepara o/a jovem para desempenhar atividades profissionais e ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, permite às empresas formarem mão-de obra qualificada, cada vez mais necessária em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica. A formação técnico-profissional deve ser constituída por atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, em programa correlato às atividades desenvolvidas nas empresas contratantes, proporcionando ao aprendiz uma formação profissional básica.

4. Referencial teórico

Nesta monografia o referencial teórico que será utilizado é aquele que se relaciona diretamente com o problema de pesquisa que tem como pergunta central “Como as dissertações e teses sobre a lei do/a jovem aprendiz discutem as relações de gênero e trabalho?” os conceitos aqui definidos serão: juventude, trabalho e gênero. Juventude é entendido como uma construção social, histórica e cultural, por meio da qual os/as jovens constroem diversos sentidos para esse momento da vida, de acordo com a sociedade que ocupam e a diversidade de situações existenciais que afetam o seu segmento juvenil. Trabalho é concebido como o resultado da relação do homem com a natureza e do homem com o próprio homem. A noção de trabalho figura simultaneamente como uma forma de distribuição de renda da sociedade e, sobretudo, de garantia de dignidade humana. Já o conceito gênero é considerado uma construção social, em que as relações são norteadas pelo poder, o conceito de gênero é tomado como um sistema de relações entre mulheres e homens, os quais não são determinados pela biologia, mas produzidos no contexto social, político e econômico.

4.1 Juventudes, uma construção social e cultural

De acordo com o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), são jovens aquelas pessoas com idade de 15 a 29 anos. Porém, a delimitação de juventude fornecida pelo Programa Jovem Aprendiz, objeto desta pesquisa tem como público-alvo sujeitos de 14 a 24 anos. Corti e Souza (2004) defendem que a concepção de juventude vem passando por um processo de descronologização, o que significa que os critérios referentes à idade não são mais suficientes para delimitar essa fase da vida. Dayrell e Carrano (2014) também ressaltam que não devemos reduzir a compreensão de juventude a faixa etária ou a uma idade “a definição de ser jovem através de uma idade é uma maneira de se definir o universo de sujeitos que habitaram o tempo da juventude. Esse é um critério variável e muda de país para país” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 110)

A categoria conceitual juventude tem sido alvo de inúmeros debates teóricos ao longo da história. Bastos e Carrano (2004) afirmam que jovem e juventude têm sido categorias sociais exaustivamente estudadas e constantemente redefinidas. Para Corrochano (2008) infância, adolescência e juventude são fases da vida anteriores ao mundo adulto conhecidas apenas na sociedade moderna, onde passam a ser diferenciadas

com significado sociológico “foi com o desenvolvimento da família burguesa e a disseminação da escola que as crianças foram distanciadas do mundo adulto e confinadas no interior de suas casas e instituições escolares, emergindo as noções de infância e posteriormente, de adolescência e juventude” (CORROCHANO, 2008, p.16)

Dayrell e Carrano (2014) enfatizam a importância de reconhecer a dificuldade de definir o que é juventude. Os autores partem da ideia que juventude é uma construção social, histórica e cultural. Nesta perspectiva, surgem os conceitos de jovens e juventude e Corrochano (2008) enfatiza a necessidade de diferenciação entre ambos. Para a autora, jovens são os sujeitos concretos, e juventude são os modos de vidas, nos quais os/as jovens constroem para esse momento da vida diversos sentidos “de acordo com a sociedade, e a multiplicidade de pertencimentos e de situação juvenil: classe, sexo, etnia” (CORROCHANO, 2008, p.17). Sposito (2002) nesse mesmo sentido, define a juventude no plural, como juventudes, em consequência da diversidade de situações existenciais que afetam o segmento juvenil. Para a autora é importante considerar as diferentes juventudes e diferentes maneiras de enxergá-las e compreendê-las, porque juventude varia de uma sociedade para outra. Dessa forma, Sposito (2002) defende que falar em juventude no singular é negar toda a diversidade vivida por este segmento social. Para Dayrell (2003), juventude também é vista como um conjunto social necessariamente diversificado, em razão das diferentes origens de classe, que apontam para uma diversidade das formas de reprodução social e cultural.

Entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens [...] constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes (DAYRELL, 2003, p. 42).

Para Sousa, Souza e Silva (1999), juventude é uma fase crucial para a formação e transformação do indivíduo, tanto na sua maturação quanto nas escolhas que o inserirão, definitivamente, na institucionalidade da vida social. Na perspectiva de Bock, Furtado e Teixeira (1999), a juventude é caracterizada pela aquisição de conhecimentos necessários

para o ingresso ao mundo do trabalho e de conhecimentos e valores para que ele/ela constitua sua própria família, ou seja, o fato de inserir-se no mundo do trabalho contribui para o estabelecimento de relações sociais, dos processos de identificação e do reconhecimento de pertencimento a uma sociedade.

De acordo com Corrochano (2008), a juventude se constitui mais fortemente como um momento de preparação para o ingresso no mundo do trabalho; para a autora o trabalho faz parte da realidade dos/as jovens desde muito cedo, principalmente se considerarmos países como o Brasil (CORROCHANO, 2008 p.39). A condição juvenil⁵ só é vivenciada pelos/as jovens, para Dayrell (2007) porque eles/as trabalham e garantem o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo. Nesse sentido, o mundo do trabalho aparece como uma mediação efetiva e simbólica na experimentação da condição juvenil, podendo-se afirmar que "o trabalho também faz a juventude", mesmo considerando a diversidade existente de situações e posturas por parte dos/as jovens em relação ao trabalho (Sposito, 2005). No próximo tópico discutirei o conceito de trabalho.

4.2 Trabalho decente e suas concepções

Lemos (2010) defende que não existe um consenso sobre o conceito de trabalho, pois ele pode determinar atividades diferenciadas em sociedades e momentos históricos também diferentes. Para Moreira (1998), é por meio do trabalho que os seres humanos satisfazem suas necessidades e também concedem forma e sentido ao mundo concreto. Em um sentido ampliado, trabalho “é o esforço humano dotado de um propósito que envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades mentais e físicas” (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996 p.773).

Para Corrochano (2014), o trabalho é concebido em uma perspectiva ontológica de transformação de natureza. “essa concepção tem sua origem no pensamento de Karl Marx, para qual o trabalho, resultado da relação do homem com a natureza e do homem com o próprio homem, é o que nos distingue dos animais e movimenta a história” (p.208) A prática tipicamente humana do trabalho adquiriu um papel central tanto na inserção

⁵ “Do latim, *conditio* refere-se à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida, perante a sociedade. Mas, também, se refere às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação. Assim existe uma dupla dimensão presente quando falamos em condição juvenil. Refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc” (DAYRELL, 2007, p.108)

social de cada indivíduo e na decorrente formação de sua identidade quanto na constituição e na sustentação da sociedade, principalmente nos estados nacionais modernos fundados na concepção do contrato social (CASTEL,1998). Carvalho (2004) define que atualmente a noção de trabalho figura simultaneamente como uma forma de distribuição de renda da sociedade e, sobretudo, de garantia de dignidade humana e de direitos, tal como figura na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Pode-se assinalar na história da estrutura social diferentes tipos de trabalho, como o trabalho escravo, o servil, assalariado e o decente. De acordo com o MTE (2010) o trabalho decente é definido como o trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, eqüidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Nesse sentido, “o trabalho decente pode ser compreendido como uma condição fundamental para a superação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável” (MTE, 2010, p.4). Para Laís Abramo diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil "O conceito de trabalho decente se apoia em quatro pilares estratégicos: os direitos e princípios fundamentais do trabalho, a promoção do emprego de qualidade, a extensão da proteção social e o diálogo social".

Dentro do cenário de trabalho decente a lei da aprendizagem, de acordo com Clementino (2013), é reconhecida como um mecanismo de promoção do trabalho decente e base de trajetórias mais promissoras para a juventude, em razão de sua própria configuração de contrato de trabalho especial, conforme reza o Artigo 428 da CLT. Tanto assim que motivou a inclusão do tema trabalho decente na Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD), em 2006 e, mais recentemente, em 2012, na Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ). Ao se analisar as quatro prioridades estabelecidas na ANTDJ –“i) mais e melhor educação; ii) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; iii) inserção ativa e digna no mundo do trabalho; e iv) o diálogo social – podem-se identificar, no instituto legal da aprendizagem profissional, os elementos que justificam seu caráter de trabalho decente.” (CLEMENTINO, 2013, p.56)

Entretanto além da preocupação das políticas de trabalho decente para os/as jovens, uma das discussões de quando falamos em mundo do trabalho é as desigualdades de gênero que ainda apresentam-se, muito evidentes. Para Carrochano (2010) “Se as vozes juvenis, particularmente dos jovens trabalhadores, são silenciadas, mais ainda as falas das moças jovens” (p.17). De acordo com Marques (2012) a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora, dado que mais de 70% desta está participando do mundo do

trabalho (empregada ou procurando emprego). Desta juventude, a maioria tenta conciliar educação e trabalho. E no caso das jovens mulheres especialmente, buscam conciliar trabalho, educação e responsabilidades familiares/domésticas. Para Camarano, Kanso e Fernandes (2012) o que mais caracteriza a juventude é a frequência à escola e/ou a participação no mundo do trabalho, entretanto, para as mulheres jovens, de 15 a 29 anos, casamento e maternidade ainda são os eventos mais importantes na sua inserção social, ainda que a participação na escola e no mundo do trabalho tenha crescido nos últimos anos.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) entre 2000 e 2010 aumentou o número de jovens que não estudavam nem trabalhavam (os chamados “nem-nem”). Estes jovens “nem-nem” em sua enorme maioria não são os/as filhos/as da elite, que podem optar por não trabalhar e não estudar. Pelo contrário, são jovens de baixa renda, que tem como rendimento médio domiciliar R\$ 1.621,86. Os dados mostram que 23,2% das mulheres jovens não trabalham de forma formal e não estudam, o que significa mais de 6 milhões, enquanto que os homens nessa condição são 11,2%, menos de 3 milhões. A posição familiar desses/as jovens apresenta também um forte componente de gênero: grande maioria dos homens “nem-nem” residiam como filhos/netos, ou seja dependiam dos pais ou avós (83,7%), enquanto que entre as jovens mulheres mais de 66% vivem como cônjuges, e 61% já tinham filhos/as. Isso nos permite afirmar que parte significativa dessas mulheres tem família e está desempenhando o tradicional papel de mãe e dona de casa.

É importante também deixar claro que muitos/as desses/dessas jovens que são consideradas nem-nem muitas vezes estão em trabalhos domésticos ou trabalhos considerados ilegais para jovens por não se encaixarem nas normas da CLT. Essas informações nos permitem analisar como as questões de gênero produzem efeitos na relação juventude e trabalho.

4.3 Os estudos e as relações de gênero com o trabalho

Para discorrer sobre Gênero é necessário conceituá-lo e, considerando o caráter histórico deste conceito, significa identificá-lo no contexto e na temática específica na qual se insere e a qual se relaciona num determinado período. O campo de estudos de gênero surgiu com os movimentos de mulheres, iniciou sem prestígio acadêmico, depois foi ganhando autonomia de campo de pesquisa acadêmica atingindo hoje status mais

consistente. Meyer (1996), conceitua gênero como “a instância onde e por meio da qual os seres humanos aprendem a se converter em e a se reconhecer como homens e mulheres, nos diferentes contextos históricos, culturais e sociais”. (p.48).

Nesta pesquisa utilizaremos o conceito de gênero formulado por Joan Scott (1995), que o entende como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e como “uma forma primária de dar significados às relações de poder” (p.86). O termo gênero passa a ser usado como distinto de sexo, procurando “insistir sobre o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo” (SCOTT, 1995, p.5). Louro (1998) argumenta que “é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico” (p.21)

De acordo com Macêdo (2003) a palavra gênero é resultado da construção social que se constitui na história. Para falar dessa construção, faz-se necessário retornar à própria constituição do movimento feminista. A questão de gênero toca as noções individuais de masculinidade e feminilidade, o que é ser masculino ou feminino, como educar e ser educado como menina ou como menino e chegar à idade adulta com uma identidade produzida pela cultura e pela sociedade, impregnada de atributos, privilégios e limitações. Para Sales (2010), o processo de produção das subjetividades femininas está diretamente relacionado com a construção de masculinidades, o homem é criado para que não sinta dor, não se emocione, domine a tecnologia, seja competitivo, e fanático por futebol e por jogos eletrônicos. “Todo esse processo é regulado por relações de poder que atuam na avaliação dos comportamentos, de modo a buscar corrigir aquelas condutas culturalmente definidas como inadequadas” (SALES, 2010, p.110).

A compreensão dos processos sociais e individuais de produção de identidade de gênero são importantes pontos de partida para se combater a ideia corrente de que mulheres e homens são naturalmente talhados para certas tarefas e que a biologia é quem melhor define quem deve fazer o quê. Para Macêdo (2003), dentro desta perspectiva que trata gênero como uma construção social, em que as relações são norteadas pelo poder, o conceito de gênero é tomado como um sistema de relações entre mulheres e homens, os quais não são determinados pela biologia, mas produzidos no contexto social, político e econômico. Baseando-se nisso, diz-se que o sexo biológico de uma pessoa é dado pela natureza, mas o gênero é construído socialmente.

Segundo Louro (1998), enfatizar o aspecto social não significa necessariamente negar que o gênero se constitui em corpos sexuados. Não pretende com isto negar a biologia, mas focar intencionalmente a importância da construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Louro (1998) argumenta que “as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (LOURO, 1998, p.22). A referida autora sustenta que: “É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico” (LOURO, 1998, p.21). Desta maneira, a autora nos diz que não devemos compreender o lugar de relações de homens e mulheres na sociedade a partir do sexo, é sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos.

Para Macêdo (2003) o tema das relações de gênero ganhou espaço e legitimidade nas análises sociais e políticas. O uso dessa categoria no início da década de 1990 era restrito ao mundo acadêmico e aos grupos feministas e de mulheres, hoje, encontra-se disseminado em vários contextos e lugares. “Substituir os estudos de mulher pelos de gênero significa, dentre outras coisas, valorizar a diferença, ressaltar a equidade e destacar a relação de poder” (Macêdo, 2003, pag. s/p).

McRobbie (1975) afirma em suas pesquisas que as mulheres constituem uma categoria social pouco celebrada pelos teóricos críticos e radicais e tendem a ficarem excluídas. Para Fonseca (2001), as mulheres continuam sendo segregadas tanto na escola, como no trabalho, na família, na maternidade, no lazer e no tempo livre.

Segundo a autora, “São as mulheres (avós, mães, jovens e crianças) que cuidam das crianças, dos doentes, dos idosos, dos maridos e dos irmãos. São as mulheres que, quando saem para o trabalho e no mercado de emprego, carregam consigo a sua subordinação, o seu gênero sobrepõe-se à sua classe (FONSECA, 2001, p. 4).

De acordo com Sales (2010), gênero constitui uma importante marca da subjetividade juvenil porque aciona modos de as/os jovens conduzirem a própria conduta pautados nas diferenças entre os sexos, construídas socialmente, e nas relações de poder constitutivas desse processo. Para Maia (2010) a condição juvenil difere profundamente em termos de gênero “sendo esse terreno, juntamente com a etnia e a condição social (pessoal e familiar), o maior fator de diferenciação cultural e desigualdade social.”

(p.175). Pais (2003), afirma que “a juventude mostra-se como uma categoria homogênea e heterogênea ao mesmo tempo e, por isso, torna-se necessário observar as culturas juvenis sob diferentes ângulos, de modo que, em algumas vezes, a ênfase na análise é para as culturas de geração, em outras, para as culturas de classe, de sexo, de rua, etc.” (p.44).

Os estudos sobre gênero muito avançaram, mas se reconhece que ainda nesse campo são muitas as lacunas e, entre elas, destaca-se as relações de gênero entre os/as jovens. Considerando este tema atual e ainda pouco explorado, analisaremos nos próximos capítulos o que as pesquisas selecionadas problematizam em suas produções. No próximo capítulo analiso a relação dos/as jovens com o mundo do trabalho e sua relação com as questões de gênero.

5. Estudos de jovens aprendizes na Educação – Em que lugar está sendo produzidos?

Nos últimos anos a produção científica sobre a juventude no Brasil aumentou de forma significativa (HAYASHI, M, HAYASHI, C E MARTINEZ, 2008, p. 253). De acordo com Silva (2005), a juventude é um tema cada vez mais presente na sociedade contemporânea, tanto nos espaços acadêmicos de discussão e investigação como nas agendas para o desenvolvimento de políticas públicas. Este capítulo tem como objetivo apresentar em quais lugares estão sendo produzidos as pesquisas, quando e quem são os pesquisadores que estão investigando os/as “Jovens Aprendizes” nas pesquisas em Educação localizados para esta monografia. Foram identificados nove trabalhos, sendo uma tese, sete dissertações e um trabalho final de mestrado profissional na área da Educação. No Quadro 1 é possível visualizar os dados relativos ao ano de publicação, a universidade de origem, os títulos dos nove trabalhos analisados e os nomes das respectivas autoras.

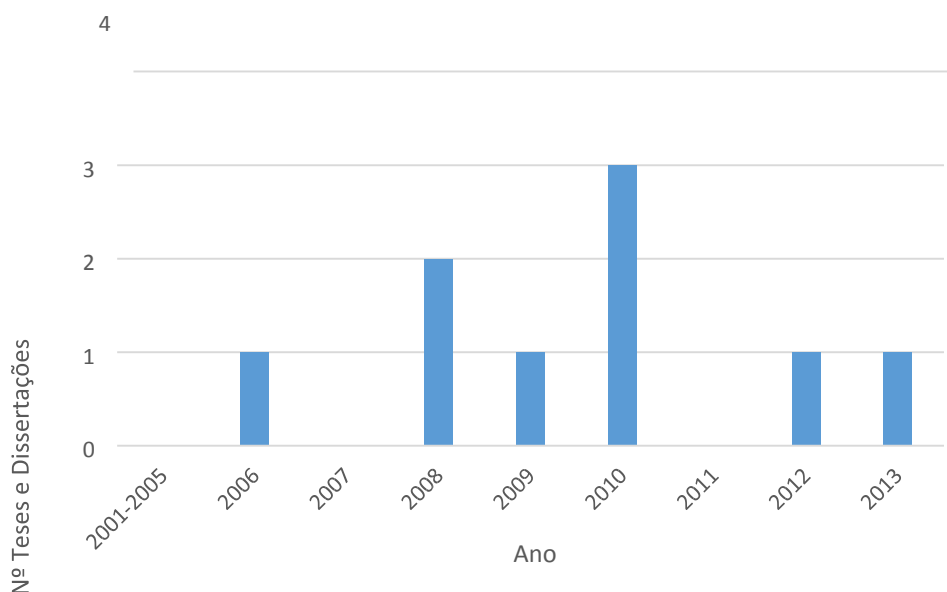
Quadro 1 – Distribuição da produção de teses e dissertações por ano de defesa e universidade

| Autor/a | Título | Natureza do Trabalho | Universidade | Ano |
|---|---|---|--|------------|
| <i>Andrea Abreu Astigarraga</i> | Fundamentos da Formação Artesanal: A concepção dos jovens aprendizes sobre o processo de profissionalização “nostálgico” e “futurista” da Oficina Escola de Artes e Ofícios (2001 a 2005) | Tese | Universidade Federal do Ceará | 2006 |
| <i>Dione Danesi Gallo</i> | A captura do jovem aprendiz pelo programa de aprendizagem comercial | Dissertação | Universidade Luterana do Brasil | 2008 |
| <i>Maria Dalvaneide De Oliveira Araújo</i> | O programa aprendizagem: um estudo da formação do Jovem Aprendiz no Senac/pe. | Dissertação | Universidade Federal de Pernambuco | 2008 |
| <i>Janaína Cristina Buiar</i> | Lei do Jovem Aprendiz: a legalização da adultização do adolescente trabalhador | Dissertação | Universidade Tecnológica Federal do Paraná | 2009 |
| <i>Luciani Marconi Caetano Martins Sgarbi</i> | O trabalho do Jovem Aprendiz: uma promessa institucional truncada? | Dissertação | Centro Universitário De Araraquara – Uniara | 2010 |
| <i>Lygia Maria Portugal De Oliveira</i> | Jovens Aprendizes: Aspectos psicossociais da formação para a vida. | Dissertação | Universidade Federal do Paraná | 2010 |
| <i>Ruth Braga De Aguiar</i> | Educação Profissional para Juventude: O Programa Jovem Aprendiz como Modelo de Aprendizagem | Trabalho Final de Mestrado Profissional | Escola Superior de Teologia – São Leopoldo – Rio Grande do Sul | 2010 |
| <i>Angelita De Oliveira Almeida</i> | Os Ensinamentos do Capitalismo: O que o Jovem aprendiz aprende sob os auspícios do estado para se tornar um trabalhador. | Dissertação | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | 2012 |
| <i>Suzana Silveira de Almeida</i> | Educação não formal e o Programa Jovem Aprendiz: uma análise sobre os seus resultados pelo olhar dos jovens e educadores | Dissertação | Universidade do Estado do Rio de Janeiro | 2013 |

No início do período pesquisado, de 2001 a 2005, não foi encontrada nenhuma produção discente e isso pode ser explicado pelo fato de que, apesar da implementação da lei de aprendizagem ser do ano de 2000 (nº 10.097/2000), em 2005 ela foi ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005. A Lei do Aprendiz foi instituída para incentivar empresas a contratar jovens entre 14 e 18 anos em condições especiais, visando à formação técnico-profissional. Posteriormente, o Decreto nº 5.598/2005 estendeu de 18 para 24 anos o limite de idade do/a aprendiz, e veio estabelecer os parâmetros necessários ao fiel cumprimento da legislação e, assim, regulamentar a contratação de aprendizes nos moldes propostos. A partir desse Decreto o número de aprendizes vem crescendo consideravelmente.

No gráfico abaixo, apresentam-se os números de teses e dissertações concluídas por ano na área da Educação.

Gráfico 1 - Número de teses e dissertações concluídas por ano.



Como se pode observar no gráfico 1, foi encontrada uma tese em 2006, 2007 nada foi encontrado, foram finalizados dois trabalhos em 2008, um em 2009, três em 2010, nenhum em 2011, um em 2012 e um em 2013. Nota-se que em 2010 a produção acadêmica sobre Jovens Aprendizes aumenta representativamente, porém cai nos anos seguintes. Uma hipótese para o número de trabalhos encontrados ser pequeno é que atualmente existem várias formas de inserção do/a jovem mundo do trabalho. Existem projetos do

primeiro emprego criados pelo Governo Federal, por Organizações não governamentais (ONGs), Projetos Educacionais e etc, e nessa pesquisa o foco é somente no Programa Jovem Aprendiz. É importante destacar também que os trabalhos sobre Jovens Aprendizes são realizados em diferentes universidades, centros universitários e escolas de nível superior, não repetindo nenhuma instituição de origem da pesquisa

A seguir é apresentada a tabela 1, onde exponho a origem das instituições dos trabalhos analisados

Tabela 1 – Distribuição regional das teses e dissertações sobre Jovem Aprendiz

| Regiões/ Estados | Quantidade de trabalhos | % sobre o total |
|-------------------------|--------------------------------|------------------------|
| Rio de Janeiro | 1 | 11% |
| São Paulo | 1 | 11% |
| Sudeste | 2 | 22% |
| Ceará | 1 | 11% |
| Pernambuco | 1 | 11% |
| Nordeste | 2 | 22% |
| Paraná | 2 | 22% |
| Rio Grande do Sul | 2 | 22% |
| Sul | 4 | 44% |
| Mato Grosso do Sul | 1 | 11% |
| Centro-Oeste | 1 | 11% |

Observa-se que na Região Sul do país foram concluídos 44% do total de estudos pesquisados, o equivalente a quatro trabalhos. Na Região Sudeste e Nordeste foram produzidos dois trabalhos em cada região, que representam 22% das pesquisas analisadas em cada local. Já na Região Centro-Oeste foram produzidos 11% das pesquisas e na Região Norte não foi encontrado nenhum trabalho. Este fato pode ser explicado, pois de acordo com os dados disponibilizados pelo MTE a região Norte e Centro Oeste do Brasil

foram as que menos contrataram jovens aprendizes até dezembro de 2012. Ao contrário das regiões Sudeste e Nordeste que lideram o ranking de contratações.

De acordo com Matsuzaki (2011) é importante destacar que há um esforço muito grande por parte do MTE na divulgação não só da própria lei, mas também em publicar informações quantitativas sobre os/as aprendizes. No entanto, os dados são bem recentes e ainda são poucos para se intentar uma discussão mais aprofundada, bem como a literatura existente ainda é pequena. Dayrell (2007) afirma que vem se construindo um campo de estudos sobre juventude e educação no Brasil com avanços significativos. Apesar disso, nota-se que a partir da apresentação dos trabalhos analisados é possível concluir que a produção sobre os Jovens Aprendizes ainda é pequena na área da Educação. A partir dos resultados apresentados e da lacuna encontrada nos estudos sobre Jovem Aprendiz, o próximo capítulo tem por objetivo responder a questão central dessa monografia: Como as produções discentes de pós graduação em Educação com a temática “Jovem Aprendiz” problematizam as questões de gênero em suas pesquisas?

6. A inserção dos/as jovens no mundo do trabalho por meio do programa do/a “jovem aprendiz” e as relações de gênero

O objetivo desse capítulo é analisar como a tese e as dissertações pesquisadas nesta monografia problematizam sobre as relações de gênero no mundo do trabalho dos/as jovens. Estudos apontam que as pesquisas sobre gênero e juventude ainda são escassas, Weller (2005) questiona a ausência de pesquisas sobre jovens do sexo feminino, “tanto nos estudos sobre juventude como no campo dos estudos feministas” (WELLER, 2005, p.428). Nesse sentido faço aqui um mapeamento, das produções de tese e dissertações na área da Educação, no que se refere as relações dos/as jovens com o mundo do trabalho em termos de gênero, visto que o objetivo principal desta monografia é analisar como as pesquisas de jovens aprendizes em educação problematizam as questões de gênero. As relações de gênero são abordadas nas pesquisas e como são problematizadas? Existe predominância por sexo na distribuição de jovens aprendizes nos programas das produções analisadas? Procuo assim trazer um mapeamento dessa produção que pode ser útil para pesquisadores/as interessados/as nessa área.

Quadro 2 – Relação de aprendizes por sexo nas produções analisadas

| Tese/Dissertação | Autor/a / | Nº de aprendizes pesquisados |
|---|------------------------------|--|
| Tese | <i>Astigarraga</i> (2006) | Total de Aprendizes: 51 Não separa os/as aprendizes por sexo. |
| Dissertação | <i>Gallo</i> (2008) | Não cita número de jovens aprendizes pesquisados/as |
| Dissertação | <i>Araújo</i> (2008) | Não cita número de jovens aprendizes pesquisados/as |
| Dissertação | <i>Buiar</i> (2009) | Total de Aprendizes: 9 Homens: 8 Mulheres: 1 |
| Dissertação | <i>Sgarbi</i> (2010) | Total de Aprendizes: 62 Homens: 29 Mulheres: 33 |
| Dissertação | <i>Oliveira</i> (2010) | Total de Aprendizes: 99 Homens: 87 Mulheres: 12 |
| Trabalho Final de Mestrado Profissional | <i>Aguiar</i> (2010) | Não cita número de jovens aprendizes pesquisados/as |
| Dissertação | <i>Almeida</i> (2012) | Total de Aprendizes: 11 Homens: 4 Mulheres: 7 |
| Dissertação | <i>Almeida</i> (2013) | Total de Aprendizes: 24 Não separa os/as aprendizes por sexo. |

Como podemos perceber no quadro acima, dos nove trabalhos analisados, três não apresentam o número de aprendizes pesquisados/as, dois trabalhos não separam os/as aprendizes pesquisados/as por sexo e quatro separam os/as pesquisados/as entre jovens homens e mulheres. Weller (2005) já tinha nos chamado a atenção para as publicações sobre juventude e culturas juvenis que compreendem a categoria juventude como um todo, ou seja, que não fazem uma distinção entre jovens do sexo feminino e do masculino. Weller (2005) completa que alguns/mas autores/as têm criticado a ausência de pesquisas

sobre a presença feminina nas culturas juvenis, o papel que esses grupos desempenham na transição da juventude para a vida adulta e na construção da identidade étnica e de gênero “Constatamos que as práticas culturais da faixa etária que compreende a adolescência e a juventude também continuam sendo objeto de pouca atenção por parte dos estudos feministas no Brasil e em outros países” (WELLER, 2009. p. 111). Para Muller (2004) a incorporação da noção de gênero nos debates sobre juventude é de extrema relevância, uma vez que o acesso à vida adulta nunca tem o mesmo significado para jovens homens e para as jovens mulheres.

Nos trabalhos analisa nesta monografia *Astigarraga (2006)* e *Almeida (2013)* citam o número de aprendizes pesquisados/as, porém não distinguem os mesmos em relação ao sexo e também não problematizam as relações de gênero em suas pesquisas. *Gallo (2008)*, *Aguiar (2010)* e *Araújo (2008)* não citam o número de aprendizes pesquisados/as e nem discutem sobre as relações de gênero presentes no mundo do trabalho, exceto por *Aguiar (2010)* que discute em um único parágrafo, sobre a discriminação de gênero. Para a autora “as mulheres continuam com sobrecarga de trabalho devido à sua dupla jornada (empresa e afazeres domésticos)” (p.52). No entanto, essa questão não é problematizada em seu texto e nem discutida especificamente sobre as jovens mulheres, e sim sobre as mulheres de forma geral.

Desta forma Muller (2004) define a importância da inclusão de gênero nos estudos sobre a juventude

A inclusão da noção de gênero nos estudos sobre juventude contribui para [...]uma perspectiva dos jovens como sujeitos com identidade. Ao invés de olharmos os jovens a partir do ponto de vista dos adultos e defini-los em termos positivos (recursos humanos) ou negativos (problemas sociais), incorpora-se assim um olhar sobre os jovens por eles mesmos(p.8).

Buiar (2009) investiga em sua pesquisa o “Curso de Aprendizagem em Mecânica Geral” e a única menina aprendiz presente em sua pesquisa é secretária do supervisor da fábrica que trabalha na parte administrativa da engenharia. A autora também não problematiza o porquê dos meninos estarem na parte prática da Mecânica e a única menina no trabalho administrativo. No trabalho de *Oliveira (2010)*, também verificamos mais jovens homens do que jovens mulheres, uma diferença de setenta e cinco jovens homens a mais do que as jovens mulheres. No entanto a autora não analisa e nem problematiza a questão. Ela somente cita que uma das turmas pesquisadas, que é de Mecânica Básica, é

composta exclusivamente por homens e que isto é demanda das próprias empresas. A autora também denuncia que algumas empresas embora ofereçam vagas para meninas, no curso de auxiliar de produção industrial e mecânica, a preferência sempre é para contratar meninos. É importante destacar que mesmo diante dessa contestação em nenhum momento a autora problematiza essas questões. Para Bruschini e Lombardi (2008) essa situação da empregabilidade, pode ser explicada, pois apesar do mundo do trabalho estar avançando em questões da atual posição da mulher no mundo do trabalho, há ainda espaços bem tradicionais que não foram rompidos. Com isso, conforme já explicitado antes⁶, os homens ainda possuem uma porcentagem de privilégios em relação às mulheres no trabalho.

Sgarbi (2010) estuda um percentual de 53% a mais de meninas do que meninos em sua pesquisa, uma diferença de 4 mulheres a mais do que homens, porém a questão de gênero e as diferenças de trabalhos oferecidos entre os jovens homens e as jovens mulheres também não são problematizadas. O programa pesquisado oferece cursos na área administrativa e produção têxtil (Costureiro). Segundo a autora, os meninos pesquisados se incomodam muito com a profissão, causando muita desistência ao longo do programa “a maioria dos jovens mostra-se descontente com a profissão exercida, principalmente, quando ligada à área de produção da indústria têxtil” (p.143). No entanto, a autora também não questiona tal descontentamento.

Nesse mesmo sentido Posthuma e Lombardi (1998) já tinham denunciando que um aspecto importante a ser destacado no que tange às mudanças no mundo do trabalho, é que as mulheres têm sido requisitadas, até mais que os homens, para executarem atividades que exigem habilidades, como destreza manual, atenção a detalhes e paciência para realizar trabalhos repetitivos. Nessa perspectiva, talvez possamos explicar o número de 53% a mais de jovens mulheres neste trabalho.

Na pesquisa de *Almeida* (2013) também verificamos um número maior de meninas, porém esse número é arbitrário e não representativo, pois em sua pesquisa a autora foi a um local que oferecia o Programa de Aprendizagem e perguntou qual dos/as jovens tinham disponibilidade para participarem da entrevista naquele momento, a autora também não problematiza as relações de gênero. No quadro 3 a seguir irei apresentar as quatro pesquisas que distinguem os/as jovens aprendizes por sexo, entretanto é importante

⁶ Discussão realizada no capítulo “Transformações no mundo do trabalho – uma relação de gênero”

ressaltar que essas pesquisas, apesar de separar os jovens por sexo, não realizam discussão em relação a gênero.

Quadro 3 – Distribuição de aprendizes homens e mulheres nas produções analisadas

| Autor/a /Ano | Nº de aprendizes pesquisados | % de meninos |
|---------------------|---|---------------------|
| Buiar (2009) | Total de Aprendizes: 9 Homens: 8 Mulheres: 1 | 89 % |
| Sgarbi (2010) | Total de Aprendizes: 62 Homens: 29 Mulheres: 33 | 47% |
| Oliveira (2010) | Total de Aprendizes: 99 Homens: 87 Mulheres: 12 | 88% |
| Almeida (2012) | Total de Aprendizes:11 Homens: 4 Mulheres: 7 | 36% |

É importante destacar a diferença entre o número de inscritos/as nos programas pesquisados pelos trabalhos analisados de jovens mulheres e jovens homens nos 4 trabalhos que fazem essa distinção. Verifica-se que *Buiar (2009)* e *Oliveira (2010)* estudam 89% e 88% respectivamente de jovens homens em relação ao número de meninas que correspondem a respectivamente 11% e 12%. Nas pesquisas de *Sgarbi (2010)* e *Almeida (2012)* estudam-se mais jovens mulheres, porém a diferença entre os jovens homens é relativamente pequena comparada com o total, sendo 53% mulheres versus 47% homens e 56% versus 36%.

Os números de jovens aprendizes em relação ao sexo podem estar diretamente ligados ao tipo de formação profissional oferecido. Os cursos de mecânica possuem mais jovens aprendizes homens, e os cursos na área administrativa e têxtil mais jovens mulheres. Nesse sentido o Caderno da Marcha Mundial das Mulheres, no capítulo referente à Educação salienta-se que:

Essa educação sexista reforçada ao longo de todo o processo educacional, dentro e fora da escola acaba por interferir diretamente nas escolhas e possibilidades profissionais de homens e mulheres. Pode, se

concluir, então que não é por acaso que profissões predominantes femininas são aquelas ligadas à educação e ao cuidado com a (o) próxima (o), como por exemplo, o magistério, os serviços de saúde. Essas profissões são vistas como prolongamentos de atividade doméstica e como tais carregam valores atribuídos como naturais às mulheres: dedicação, ternura, sacrifício... Assim, como estas características são tidas como naturais das mulheres, tais profissões predominantemente femininas são mal remuneradas e desprestigiadas socialmente (Caderno Marcha Mundial das Mulheres, 2008, p. 30).

Segundo Sales (2010), no ensino superior a participação de mulheres em cursos considerados masculinos e que exigem muitos conhecimentos matemáticos, como ciência da computação ou engenharia, é muito desproporcional ao número de homens. Isso se confirma em uma pesquisa realizada por Czelusniak (2010) que diz que o gênero influencia na escolha da profissão, foram consultados, entre abril e maio de 2011, 2.514 jovens do ensino médio. O estudo explica que há preferência masculina ou feminina por determinadas áreas “engenharias são mais escolhidas pelos garotos, enquanto Psicologia, Nutrição e Odontologia foram mais citadas pelas meninas” (s/p). Sales (2010) explica que a desproporção entre os jovens homens e as jovens mulheres nesses tipos de cursos é constatada, entretanto, é apresentada como algo próprio da nossa sociedade “isso é atribuído a questões culturais” (p. 139). Para Grassi (2012) a escola e a sociedade têm um importante papel na escolha profissional dos/as jovens, pois “a escola se apropria de elementos tradicionais da construção de gênero para definir o que é ser Mulher e o que é ser Homem, produzindo uma Educação Sexista” (p. 512). Louro (1996) completa que a escola delimita espaços através de símbolos e códigos e informa, assim, o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas (LOURO, 1996, p. 58). Do material analisado nesta monografia, a pesquisa de *Oliveira (2010)* apresenta turmas de aprendizes de Mecânica Básica que são formadas exclusivamente por homens, e que de acordo com a autora é “demanda das próprias empresas” (p.18) e turmas com curso administrativo que são procurados mais pelas jovens mulheres. Neste caso, podemos afirmar que os/as empresários/as também reproduzem a concepção de divisão sexual do trabalho. Assim, para Moura (s/d) mesmo com a intensa presença e participação das mulheres nos espaços sociais antes ocupados em sua maioria por homens, muitos/as teóricos/as ainda apontam a permanência da relação estabelecida socialmente entre a imagem da mulher e o espaço doméstico, representando uma forte herança cultural que permeia o nosso cotidiano.

Dessa forma, é importante destacar que em nenhum dos trabalhos analisados, a relação entre os/as jovens no mundo do trabalho e as questões de gênero é problematizada.

Com base nesses números, é possível verificar como a divulgação desse tema ainda é restrita. Assim como detectado por Weller há nove anos, as publicações sobre juventude e gênero ainda estão silenciadas. As relações generificadas ainda não são incluídas nos debates sobre juventude e trabalho nas pesquisas estudadas nesta monografia. As produções são definidas e estudadas a partir dos comportamentos masculinos, e sem o cuidado de ver estes/as jovens enquanto indivíduos com determinado gênero. Quais são as causas desse fenômeno? Por que se publica tão pouco sobre essa temática nos programas de pós graduação em Educação? Por que ainda se discute pouco as conexões entre juventude, gênero e mundo do trabalho no programa de aprendizagem? Não seria tempo de começarmos a dar maior visibilidade e voz àqueles/as que não têm aparecido em nossas reflexões sobre juventudes?

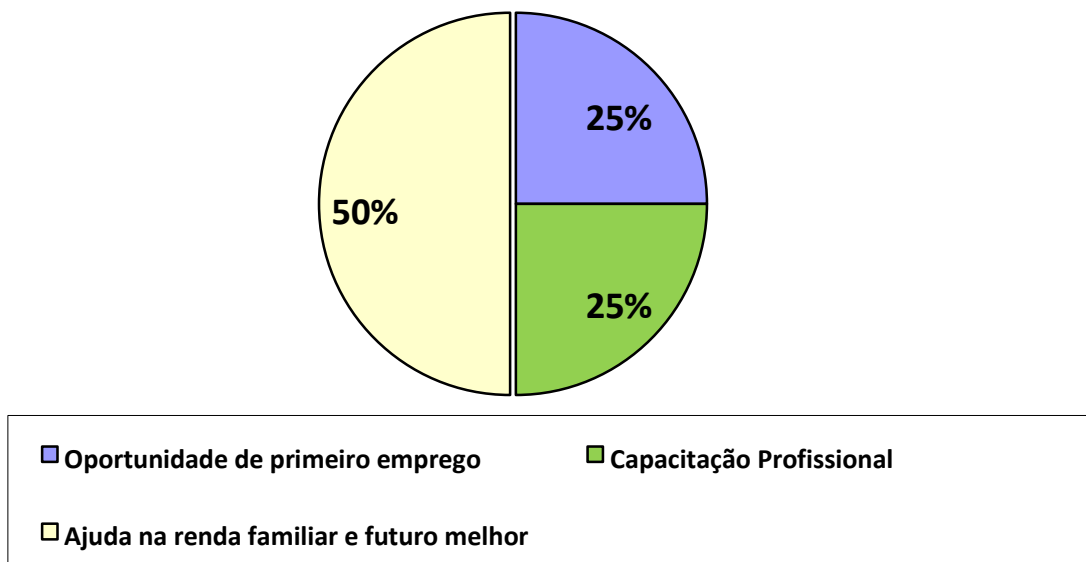
Este foi o capítulo principal que responde à questão formulada para esta monografia. Entretanto o material selecionado trouxe outros elementos problematizados na relação da juventude com o trabalho. Dessa forma, os capítulos a seguir tratam de temáticas que mais foram problematizadas nas produções discentes analisadas como a inserção dos/as jovens no mundo do trabalho, a conciliação trabalho e escola e a relação família e trabalho.

7. Os sentidos positivos atribuídos pelos/as jovens aprendizes para o trabalho e a Aprendizagem: Experiência no primeiro emprego, capacitação profissional e ajuda em casa

Os sentidos que o trabalho e o programa de aprendizagem representam na vida dos/as jovens são temáticas discutidas na tese e nas dissertações analisadas. Uma das propostas iniciais desta monografia era discutir que tipos de vivências e saberes o trabalho e o programa jovem aprendiz proporciona aos/as jovens. Aponto aqui os sentidos positivos que auxiliam esses/as jovens aprendizes em sua trajetória no mundo do trabalho de acordo com os trabalhos analisados. Todas as pesquisas descrevem em suas produções os anseios dos/as jovens sobre o primeiro emprego. Nessa perspectiva, Corrochano (2014) nos diz que considerar os sentidos atribuídos pelos/as jovens ao trabalho também é uma maneira de aproximação de suas realidades. Apresento a seguir os resultados das pesquisas analisadas, a fim de reconhecer os sentidos que os/as jovens aprendizes atribuem ao trabalho e à aprendizagem.

No gráfico 2 defino em três categorias os sentidos positivos mais discutidos nas produções encontradas. *Oportunidade de primeiro emprego, capacitação profissional e ajuda na renda familiar e um futuro melhor* são as categorias analisadas. A categoria *oportunidade de primeiro emprego* é definida a partir das conclusões das pesquisas que consideram o programa de aprendizagem como essencial para a primeira experiência profissional. *Capacitação profissional* é definida como aqueles fatores que auxiliam os/as jovens a se comportarem no mundo do trabalho, lhe proporcionando responsabilidade, maturidade e comportamento “correto”. *Ajuda na renda familiar e futuro melhor* é problematizada a partir de relatos em que os/as jovens atribuem a participação no programa de aprendizagem como fator principal para ajudar financeiramente em casa e também acreditam que a inserção no programa lhes dará melhores oportunidades de trabalho no futuro.

Gráfico 2 – Sentidos positivos atribuídos nas produções analisadas na inserção dos/as jovens aprendizes no mundo do trabalho



Ajuda na renda familiar e futuro melhor são categorias mais citadas em 50% das pesquisas analisadas (*Astigarraga (2006)*, *Oliveira (2010)*, *Araújo (2008)* e *Sgarbi (2010)*), seguido por *Capacitação profissional* com 25% (*Gallo (2008)* e *Araújo (2008)*) e *oportunidade de primeiro emprego*, também com 25% (*Almeida (2013)* e *Aguiar (2010)*). Na dissertação de *Almeida (2013)* a autora destaca como positiva a relação do/a jovem aprendiz com o mundo do trabalho. Para ela, muitos/as jovens percebem a Lei da Aprendizagem como uma oportunidade de primeiro emprego. Segundo a autora,

“mesmo que o jovem já tenha tido o primeiro emprego, sua entrada no programa é vista como a oportunidade de fazer parte de uma grande corporação, podendo vir a ser efetivado” (p.43). Muitas vezes o/a jovem busca a manutenção no mundo do trabalho, uma vez que já terá a tão pedida experiência profissional. *Aguiar (2010)* também conclui que “o programa promove a democratização de oportunidades, pois possibilita aos jovens menos favorecidos financeiramente o acesso à qualificação profissional e à experiência do primeiro emprego” (p.18). Segundo ela, esses fatores auxiliam principalmente os/as jovens carentes que pretendem entrar no mundo do trabalho, mas que muitas vezes não têm oportunidades por falta de qualificação e experiência profissional. A inserção ativa e digna no mundo do trabalho, de acordo com a autora, aumenta as chances dos/das jovens

de ter uma trajetória mais segura na vida laboral, a partir das possibilidades que puderam vivenciar durante o programa.

Na categoria de *capacitação profissional*, Gallo (2008) nos diz que o sentido do Programa de Aprendizagem é comprometer-se durante o tempo de curso a capacitar o/a jovem aprendiz com formação profissional adequada, preparando-os/as para exercer os princípios da cidadania, responsabilidade e trabalho em equipe. Para Araújo (2008) os/as jovens relacionam o trabalho de aprendizes como principal foco para o desenvolvimento de comportamento “correto” para o mundo do trabalho, “ou seja, o trabalhador deve ter mais conhecimentos, saber comunicar-se, saber trabalhar em equipe, ser adaptável a situações novas e saber solucionar problemas” (p.148). Articulando com essa ideia Oliveira e Simão (2012) defendem que o/a jovem, ao se inserir no mundo do trabalho, está desenvolvendo atividades profissionais e aprendendo a trabalhar numa área específica, o que contribui para o desenvolvimento de suas aptidões.

Na categoria *renda familiar e futuro melhor*, Araújo (2008) considera que para muitos adolescentes o Programa é uma oportunidade de se inserir no mercado e poder contribuir com a renda familiar. “Em alguns casos, essa é a própria renda familiar” (ARAÚJO, 2008, p.127), defende a autora. Astigarraga (2006) define em sua tese o trabalho como “sustento, vida, futuro, esforço próprio (desempenho, dedicação) e labor (suor)” (p.185). Para Oliveira (2010) e Sgarbi (2010) o trabalho para os/as jovens é classificado como o auxílio na renda familiar, pois os/as jovens ajudam os pais e a família e consideram a inserção no trabalho fundamental para ter uma boa profissão/carreira, experiência profissional e emprego.

Também na dissertação de Oliveira (2010), a autora afirma que os/as jovens apostam no Programa de Aprendizagem para terem um futuro melhor. “Os aprendizes almejam demasiadamente uma nova condição social, imputando ao curso de aprendizagem o caminho para alcançar esta condição” (p.69). Esses resultados são parecidos com os de Fortunatti e Gaboardi Lucas (2013) que concluem em uma de suas pesquisas que os/as jovens vivenciam o trabalho, ainda como iniciantes profissionalmente, de forma positiva, pois produzem conhecimento e maturidade que irão ajudá-los/as futuramente no exercício laboral.

Portanto, os estudos analisados descrevem os saberes e as vivências que o trabalho proporciona como positivos, pois estes ganham uma oportunidade de experiência na vida

laboral, de sustento para a família e maturidade. As produções descrevem que a lei da aprendizagem proporciona aos/as jovens uma melhor inserção no mundo do trabalho.

Almeida (2013) afirma que esta experiência foi muito positiva para os jovens aprendizes. De acordo com a autora

A pesquisa demonstrou que independente do tempo que ficaram no Programa, os jovens aprendizes demonstraram saudades dessa experiência. Eles mencionaram a importância dessa inserção no mercado, a melhora na conduta e as influências positivas em suas vidas. Eles trouxeram mais conotações positivas do que negativas, mesmo quando questionados sobre o que poderia ser aprimorado. Muitos alegaram que seriam poucas coisas, como por exemplo: benefícios trabalhistas iguais aos dos outros funcionários (..) (ALMEIDA, 2013, p.108).

Nesse mesmo sentido, Libório (2009) argumenta que: “para os jovens, o trabalho pode ter implicações positivas quando propicia aprendizagem e é revestido de significado, ou seja, a experiência laboral está dentro de um projeto de vida e tem sentido para as metas futuras que o (a) jovem está construindo” (p. 272). De acordo com Kuenzer (2008), os/as jovens trabalhadores/as consideram que se mantiverem uma postura adequada no trabalho, esta conduta pode ser um instrumento para que estes possam competir no mundo do trabalho. Nesse sentido, a autora ressalta que demonstrar vontade de trabalhar pode fazer o/a jovem ser contratado/a.

Podemos então afirmar que os trabalhos analisados concluem que o programa de aprendizagem auxilia os/as jovens à medida que, por meio dele, aprendem aspectos profissionais importantes para quem ainda não tem experiência, são capacitados/as profissionalmente por meio dos cursos teóricos e ainda conseguem ajudar a família. Todos esses fatores aqui citados como capacitação profissional, primeira experiência e ajuda na renda familiar são importantes para analisar as políticas públicas que incentivam os/as jovens a entrar no mundo do trabalho e para refletir sobre a qualidade das políticas já criadas. O/A jovem ao ingressar no trabalho tem especificidades diferentes dos/as trabalhadores/as já adultos/as, e isso deve ser levado em conta pelas políticas oferecidas. Dentro dessa perspectiva, os/as jovens criam sentidos para as vivências e saberes que o trabalho proporciona. Nos próximos capítulos abordarei a relação da escola e da família, destacando como as pesquisas relacionam o trabalho de aprendiz com a escola, visto que o/a jovem entre 14 e 24 anos, ao se inserir no programa de aprendizagem, tem que estar

matriculado e frequentando a escola, caso não tenha concluído o ensino médio (Lei nº 10.097/2000).

8. A dura realidade da dupla jornada: Conciliação entre o Trabalho e a Escola.

Leão e Carmo (2012) nos dizem que com relação ao mundo do trabalho e às oportunidades de inserção dos/as jovens no Brasil, conclui-se que as taxas de desocupação são mais altas entre a juventude. O autor e a autora justificam que apesar do crescimento econômico e seus impactos na estrutura de empregos, “podemos dizer que os dilemas quanto à dificuldade para inserir-se e permanecer em condições adequadas no mercado de trabalho ainda permanecem grandes para os jovens brasileiros” (LEÃO, CARMO, 2012, p.4).

A escola e o trabalho aparecem como referenciais centrais das preocupações e interesses dos/as teóricos/as da juventude (TARTUCE, 2006). Dados do IBGE baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) demonstram que 13,6% dos/as jovens trabalham e estudam, e os/as jovens descrevem isso como uma tarefa nada fácil como veremos nas análises a seguir. A relação dos/as jovens aprendizes com a escola é obrigatória para aqueles/as que ainda não concluíram o Ensino Médio, por isso muitos/as jovens vivenciam uma relação de competição entre o trabalho e escola (DAYRELL, 2012).

Nas pesquisas analisadas, 33% das autoras que fazem essa discussão (*Almeida, 2012, Buiar, 2009 e Sgarbi, 2010*), definem a conciliação trabalho e escola como uma tarefa difícil para os/as jovens. Os/As jovens falam sobre a sobrecarga de tarefas escolares e do cansaço diário da dupla jornada. Apesar do Programa de Aprendizagem ter uma carga horária diferenciada para os/as jovens que ainda estudam na educação básica em comparação com a dos/as demais trabalhadores/as, alguns/algumas jovens ainda reclamam da falta de tempo para o lazer e o descanso. Com relação a isso a pesquisadora e o pesquisador Mattos e Chaves (2010) afirmam que o trabalho exercido na juventude pode ser prejudicial aos estudos e contribuir para o abandono escolar por parte dos/as jovens. Entretanto é importante ressaltar que as relações que os/as jovens possuem com o trabalho e os estudos são complexas e diversas “não se pode configurar nem uma adesão linear à escola nem um abandono ou exclusão total de aspirações por parte dos jovens trabalhadores” (DAYRELL, 2012, p. 314).

Para *Almeida* (2012) a qualidade dos estudos frente à conciliação trabalho e escola deixam a desejar, pois “compreendemos o quanto esse Programa influencia

negativamente no rendimento escolar dos alunos, pois conciliar o estudo com as obrigações do Programa não é uma tarefa simples” (ALMEIDA, 2012, p.155). Para a autora o programa de aprendizagem, apesar de possuir uma carga horária diferenciada das demais empregados pela CLT, dificulta a vida escolar dos/as jovens. “Eles acabam se abdicando do lazer e do descanso do final de semana para se dedicarem aos seus estudos, já que durante a semana estão comprometidos com as atividades do Programa” (ALMEIDA, 2012,p.152). No estudo da autora, ela denuncia a precarização da relação do/a jovem com os seus estudos, devido aos depoimentos encontrados em sua pesquisa. A autora destaca os seguintes fatores como motivos de precarização: atrasos na chegada à escola, devido à incompatibilidade entre o horário de saída do trabalho e o horário de entrada na escola, muitas faltas e notas baixas, devido ao cansaço

Assim como nos resultados das dissertações e teses analisadas, em um relatório sobre a pesquisa “os jovens nos mercados de trabalho metropolitanos” o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) publicou que os/as jovens de grupos com menor poder aquisitivo não conseguem conciliar estudo e trabalho, e que acabam optando por um ou outro. No relatório se conclui que uma das causas pode ser a jornada de trabalho extensiva e o atraso para se chegar na escola, devido a necessidade de trabalho e estudos, fatores estes que diminuem a motivação frente aos estudos.

Buiar (2009) e Sgarbi (2010) também discorrem em suas pesquisas sobre a difícil necessidade conciliar estudos com o trabalho. *Sgarbi (2010)* também defende que os/as jovens afirmam que é penosa a rotina que concilia labor e estudo ao afirmar que “a tese de que o trabalho afasta os jovens da escola estaria reforçada” (p. 62). Na dissertação de *Sgarbi (2010)*, a autora deixa clara a dificuldade dos/as jovens de conciliar trabalho e estudos. Ela faz alusão ao cansaço dos/as jovens, em razão da dupla jornada realizada diariamente.

Comparando-se as informações quantitativas com as falas das entrevistas realizadas, nas quais os adolescentes afirmam que é penosa a rotina que concilia labor e estudo, poderíamos asseverar que a tese de que o trabalho afasta os jovens da escola estaria reforçada (*SGARBI, 2010. p.62*).

Buiar (2009) em sua dissertação chama a atenção para os efeitos causados sobre os/as jovens que estudam e trabalham o dia todo. Para essa autora, os/as jovens, ao assumirem responsabilidades como trabalho e estudo, passam muito tempo fora de casa,

o que os/as distancia dos/as familiares. Para ela, o/a jovem que se insere no programa de aprendizagem precocemente não percebe “o gradativo distanciamento e a dissolução dos laços de afetos estabelecidos em família” (p. 116). Para a autora os/as jovens são condicionados/as a deixar de gozar a idade pertinente, para servir ao capital. “Visualizados como trabalhadores produtivos, os filhos da classe que não detém o poder econômico obrigaram-se desde muito cedo a servir ao capital, deixando assim de conceberem o trabalho como um processo educativo” (p.30). Ela fala que os/as jovens enfrentam diversas situações para cumprir a jornada trabalho e a jornada escolar como “não podendo nem mesmo se alimentar, dormir e descansar direito, pois, como se vê, seu tempo chega ser cronometrado, gradativamente esses jovens vêm se distanciando da adolescência, a qual deveria ser vivida, para não se tornarem adultos prematuros” (p.112).

Essas discussões se encontram com o argumento de Abrantes (2012) de que a conciliação entre o trabalho e estudo é corrente na vida de muitas pessoas gerando dificuldades e desafios. Em muitas situações, o trabalho é considerado penoso para os/as jovens, pois esses/as estudantes sofrem por não poderem se livrar do trabalho para estudar como querem. De acordo com Carrochano, Freitas e Souza (2008) a maioria dos/as jovens combinam trabalho e estudo antes mesmo da conclusão da escolaridade básica. O ingresso no mundo de trabalho constitui-se tradicionalmente como um marco importante da transição da juventude para a vida adulta. De todo modo, elas defendem que em todos os países, os/as jovens são apontados/as como um dos grupos mais afetados pelo processo de precarização do mundo do trabalho.

Para Fortunatti e Gaboardi Lucas (2013) os/as jovens entram no mundo do trabalho precocemente “o adolescente que trabalha desde cedo pode ser prejudicado em sua escolha profissional pela indisponibilidade de tempo para uma análise adequada das oportunidades que lhe apresentam ou pela falta de dedicação aos estudos.” (p.155) O trabalho, tanto no material pesquisado quanto para Abrantes (2012) pode representar fonte de vida como também contradições. Por meio dos estudos analisados pode se verificar que apesar dos/as jovens considerarem muitas vezes a Lei da aprendizagem como importante meio para inserir-se no mundo do trabalho e como forma de amadurecimento, fica evidente que a dupla jornada com a escola é considerada pelas dissertações e tese que abordaram o assunto, como prejudicial aos estudos. Esse fator pode ser considerado uma violação do direito à educação, garantido constitucionalmente a todos os indivíduos, mas que, no entanto, é negado aos/as jovens das classes trabalhadoras. Para Carrochano

(2010), os/as jovens de baixa renda e os/as jovens negros são os/as mais atingidos/as por essa situação.

Assim, a partir da análise do material concluiu-se que os/as jovens vivenciam uma dura realidade de conciliação de trabalho e escola, já que muitas vezes estão cansados/as com a dupla jornada que vivenciam diariamente, não comendo e nem dormindo direito. Siqueira (1998) enfatiza que se por um lado, o trabalho atrapalha o estudo, o qual representa, para o/a próprio/a jovem, para sua família e seus/as professores/as, uma possibilidade de futuro, por outro lado, o estudo também atrapalha no trabalho que representa a satisfação de necessidades mais imediatas como manutenção da família e ganho de experiência profissional. É importante destacar que apesar dos estudos mostrarem muitas vezes um consenso sobre os significados do trabalho e a relação com a escola enquanto aprendizes, todos os trabalhos apontam singularidades de significados para os/as jovens, uma vez que de acordo com Sposito (2002) os/as jovens são considerados/as sujeitos da diversidade, considerando a origem social, espaço geográfico, raça e gênero. Os sujeitos vivenciam modos próprios de ser jovem e na atual sociedade, este se apresenta cada vez mais diversificado.

Nas outras produções analisadas *Astigarraga (2006)*, *Araújo (2008)*, *Gallo (2008)*, *Aguiar (2010)* e *Almeida (2013)* não problematizam de forma direta a relação do programa de aprendizagem com a educação básica. Porém estes relacionam o trabalho com a família, que é considerado também um dos fatores centrais das preocupações dos/as jovens. No próximo capítulo será discutido como essa relação é descrita nas pesquisas analisadas e como ela pode influenciar a vida laboral dos/as jovens.

9. O incentivo ao primeiro emprego: A influência da família na vida laboral dos/as jovens aprendizes

Apresento nesta seção o que é descrito pelas produções sobre a relação da família com os/as jovens aprendizes junto ao trabalho. Todas as pesquisas descrevem que os/as jovens são incentivados/as pelos/as familiares a se inserir no mundo do trabalho, seja para ajudar na renda familiar, seja para ganhar “amadurecimento”. A pesquisa de *Almeida (2013)* conclui que alguns/algumas familiares incentivam os/as filhos/as ajudarem em casa, outros/as para ocupar o tempo livre. Na pesquisa de *Sgarbi (2010)* alguns pais acreditam que se os/as filhos/as começarem a trabalhar cedo, ficarão longe das drogas e dos “perigos da rua”. Para *Buiar (2009)* *Almeida (2012)* e *Aguiar (2010)* os/as familiares desejam que seus/as filhos/as não repitam o mesmo quadro econômico que eles, e que se iniciarem a vida laboral cedo, o futuro deles/as tende a ser melhor.

Atualmente diversas pesquisas discutem a relação íntima do trabalho juvenil e a família, com a maioria dos/as jovens contribuindo de alguma forma com a renda familiar. Para *Dayrell (2012)*, o trabalho para os/as jovens “parece ser uma das condições para uma maior autonomia” (p.313) Nos capítulos anteriores vimos que existem vários sentidos na busca dos/as jovens para inserir-se no mundo do trabalho, porém, muitas vezes, começar a trabalhar não é uma escolha.

De acordo com *Nonato (2013)* a escolha por trabalhar não é uma decisão individual, podendo começar ainda na infância ou na adolescência. *Corrochano (2011)* afirma que “a vida familiar parece ter uma relação muito significativa com essa decisão” (p.83). No caso dos estudos analisados, essa situação não parece diferente, pois as famílias têm uma atuação significativa no início da vida dos/as jovens como trabalhadores/as. A preocupação em ajudar na renda familiar, o incentivo dos pais para ocuparem o tempo livre e por iniciarem a vida profissional, são alguns dos temas anunciados nas produções analisadas.

Almeida (2013) descreve que a relação com a família e o trabalho acontece de diversas formas.

Há desde os que necessitam de trabalho para ajudar em casa com o salário, que são arrimo de família, até filhos de gerentes, sobrinho de gestores, que preveem a oportunidade de se iniciarem dentro da empresa. Uns com sonhos de crescimento profissional, que usam o salário em compras para si mesmo; outros sem objetivo prévio, apenas desejando ajudar a família com o salário; e ainda os que são induzidos

ao Programa Jovem Aprendiz pelos familiares, que desejam que ocupem o tempo livre (ALMEIDA, 2013, p.44).

No trabalho de *Aguiar (2010)* a autora discute a influência dos pais na inserção dos/as jovens aprendizes e descreve que as famílias se preocupam para que seus/suas filhos/as não repitam o mesmo quadro econômico de seus pais, seja por falta de trabalho ou por educação de má qualidade. Dessa forma, incentivam os/as filhos/as a se preparem para o mundo do trabalho. Nesse mesmo sentido, *Almeida (2012)* fala como a relação da família do/a jovem pobre com o mundo do trabalho está arraigada na cultura. As famílias acreditam que quanto mais cedo os/as jovens se prepararem para o mundo do trabalho, mais chances terão de ingressarem e se manterem nesse mundo, por meio das experiências já construídas “Isto é tão real que o próprio jovem aprendiz visualiza essa formação profissional como uma oportunidade de entrar no mercado de trabalho e de ter uma experiência profissional” (ALMEIDA, 2012. p.172). *Buiar (2009)* também relaciona os/as jovens ao trabalho no mesmo sentido que *Almeida (2012)* e *Aguiar (2010)*. Para a autora, a condição familiar do/a jovem é um dos fatores predominantes para inserir-se no trabalho.

Vivenciando uma realidade em que seus familiares estão inseridos, muitas vezes precária e informalmente no mercado de trabalho é que estes adolescentes buscam também, deste muito cedo, inserir-se no mercado formal de trabalho, pois acreditam que o registro na carteira de trabalho lhes proporcionará a garantia de um futuro diferente e melhor que a dos seus familiares (BUIAR, 2009 p.121).

Para *Astigarraga (2006)* é por meio do trabalho que as famílias incentivam os/as jovens a iniciarem os projetos de futuro. Os/As jovens criam expectativas de “ter um trabalho digno (que supra as necessidades básicas, educação e lazer), trabalhar de carteira assinada, melhorar a vida da família e conseguir através do trabalho a casa própria” (p.200). *Gallo (2008)* problematiza o incentivo da família que muitas vezes pressiona os/as jovens a participar do Programa de aprendizagem. Para a autora “O jovem é pressionado pela família, pois mesmo que ele não queira ou não goste do Programa oferecido pelo SENAC⁷, o pai ou a mãe, seduzidos pelas oportunidades anunciadas o obrigam a realizar o curso” (p.81).

⁷ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Sgarbi (2010) também fala da influência da família, pois ela identificou em sua pesquisa que os pais dos/as jovens aprendizes, afirmam que foram eles/as que encaminharam os/as próprios/as filhos/as para participarem do programa de aprendizagem, como maneira de obter uma boa formação para os/as filhos/as, “uma ocupação que os livrasse dos perigos da rua, como drogas, más companhias, ociosidade, enfim, caminhos que, em tese, pudessem levá-los à marginalidade” (p.113). Nesse sentido Nonato (2013) descreve que existe uma pressão social e familiar para que os/as jovens iniciem sua vida no mundo do trabalho. Para a autora, “as famílias, especialmente de camadas populares, incentivam e até pressionam os jovens a trabalharem, pois é uma forma de sair “dos perigos” da rua e até mesmo auxiliar nas despesas de casa” (p.116).

Nonato (2013) também denuncia que a pressão pela entrada no trabalho é diferente para jovens homens e jovens mulheres, porém este tema não foi abordado em nenhum dos trabalhos que foram analisados nesta pesquisa. Esta temática foi o terceiro tema da Campanha da OIT (2009) “a igualdade de gênero no coração do trabalho digno” que abordou que os efeitos do desemprego demonstram-se de forma mais evidente entre as jovens mulheres, uma vez que suas opções são restringidas no acesso ao mundo do trabalho. Assim, encontram-se práticas de recrutamento discriminatórias que levam a preocupações infundadas de que uma possível gravidez possa ser impeditiva de manter uma vida profissional. As jovens mulheres tornam-se, desta forma, mais vulneráveis à pobreza e à marginalização. Porém nenhuma das pesquisas analisadas problematizam ou citam essa situação.

A família é considerada o alicerce para muitos/as jovens, pois se caracteriza como núcleo de apoio para seguirem em busca de seus projetos e sonhos (RAITZ, PETTERS, 2008). Silva (2011) descreve a família como modelo de conduta no desempenho dos papéis sociais e das normas e valores para os/as jovens. O autor defende que a família pode tanto ajudar quanto dificultar o/a jovem no momento de suas escolhas e entre elas a profissional, no momento em que este/a jovem está construindo sua identidade, tanto pessoal como vocacional.

Portanto, por meio das análises das produções conclui-se que os argumentos se repetem nas pesquisas e que as famílias estão imersas em uma cultura de que acreditam que quanto mais cedo os/as jovens se inserem no mundo do trabalho, mais chances terão de permanecer nele. As famílias descritas nas pesquisas analisadas incentivam os/as jovens a trabalharem, seja por ganho de experiência profissional, ou para ajudar na renda

familiar, ou para escapar dos riscos do ócio. Percebe-se, portanto, que os pais dos/as jovens aprendizes possuem de fato uma grande contribuição para a inserção dos/as jovens no mundo do trabalho. Nos trabalhos analisados, o processo da difícil conciliação trabalho e escola não é problematizado junto à família, pois muitos possuem a cultura de que quanto mais cedo se trabalha, melhores oportunidades de emprego terão em suas vidas.

10. Considerações Finais

A partir da leitura de nove produções pesquisadas, sendo uma tese, sete dissertações e um trabalho final de mestrado profissional, o objetivo deste trabalho foi analisar como as dissertações e teses publicadas no período de 2006 a 2013 sobre a lei do/a jovem aprendiz discutem as relações entre gênero e trabalho. Ao longo desta monografia procurei apresentar um mapeamento de como têm se apresentado os estudos de jovens aprendizes na educação. Por meio da leitura e síntese dos estudos encontrados foi possível constatar que ainda há um número reduzido de pesquisas sobre jovem aprendiz e que nenhum deles articulam as análises com as questões de gênero.

A primeira análise que trata do objetivo central desta monografia o capítulo “A inserção dos/as jovens no mundo do trabalho por meio do programa do/a “jovem aprendiz” e as relações de gênero” concluí que as produções não discutem e não problematizam as questões de gênero no mundo do trabalho juvenil. Embora juventude e gênero pareçam categorias tão proximamente localizadas, os estudos sobre juventude não têm tido uma perspectiva de gênero e a noção de gênero ainda não está consolidada pelos/as teóricos/as que estudam juventudes. Para Weller (2005) no âmbito dos Estudos sobre Juventude, existe um relativo desinteresse para a problematização de gênero e no campo dos Estudos Feministas as culturas juvenis femininas também constituem um tema pouco pesquisado.

Inicialmente nesta monografia, foi apresentado um panorama geral das mulheres no mundo do trabalho, porém o mesmo ainda não é feito com as jovens mulheres. As pesquisas analisadas não problematizam questões como “as empresas preferem os jovens homens”, “o curso de mecânica é dominado por rapazes”, “as meninas estão mais em trabalhos administrativos” Pergunto então: que tipos de trabalho são oferecidas às jovens mulheres? Será que as jovens possuem mais dificuldade do que os jovens para se inserir-se no mundo do trabalho? Nas empresas o que orienta a preferência por determinado sexo no momento da contratação? Isso não seria discriminação sexual? Teria algum trabalho dito feminino ou dito masculino? As jovens mulheres possuem o mesmo espaço dos jovens homens no mundo do trabalho? Todas essas questões aparecem sem resposta no final desta análise e ficam como sugestões para pesquisas futuras.

No capítulo sobre os sentidos atribuídos pelos/as jovens ao programa de aprendizagem e ao trabalho, três fatores foram agrupados como positivos. A oportunidade do primeiro emprego, a capacitação profissional e o auxílio na renda familiar. Neste

capítulo conclui que existe uma exaustiva pesquisa sobre as experiências que o trabalho proporciona aos/as jovens aprendizes e os sentidos e saberes adquiridos.

Dentro da relação trabalho e escola, é possível concluir que as pesquisas analisadas problematizam essa difícil conciliação e as produções destacam que muitas vezes os/as jovens estão cansados com a dupla jornada que vivenciam diariamente, por esse motivo não comendo e nem dormindo direito. Fica então a questão: Se o trabalho decente na lei da aprendizagem tem como uma das prioridades a conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar, o programa “Jovem Aprendiz” estaria garantido isso aos/as jovens? Os resultados das pesquisas analisadas não deveriam ser problematizados pelas políticas públicas juvenis? A dupla jornada de trabalho e estudos teriam diferentes perspectivas entre os jovens homens e as jovens mulheres? Além do trabalho como aprendizes, os/as jovens também ajudam a família nas tarefas domésticas em casa? São questões também ainda não respondidas que são sugeridas para futuras pesquisas.

No capítulo sobre a relação com a família, conclui-se que as famílias não problematizam a difícil conciliação de trabalho e escola, de acordo com as autoras das pesquisas analisadas para as famílias ainda existe a cultura de que a quanto mais cedo começar a trabalhar, melhores oportunidades os/as filhos/as terão, entretanto como os pais enxergam que os/as filhos vivenciam a sua condição juvenil? Os pais questionam os prejuízos ao desempenho escolar causados pelo trabalho juvenil? Relacionam que o cansaço do/a filho/a com o trabalho não o prejudica na escola?

Através dos dados encontrados e das lacunas é importante analisar as políticas públicas que incentivam os/as jovens a entrar no mundo do trabalho e refletir sobre a qualidade das políticas. O/A jovem, ao ingressar no trabalho, têm especificidades diferentes e isso deve ser levado em conta pelas políticas oferecidas. A análise realizada nesta monografia, sobre as vivências que envolvem o/a jovem aprendiz, de acordo com as produções analisadas, pode, portanto, contribuir com as discussões teóricas acerca da Juventude, Trabalho, Gênero e Políticas Públicas.

11. Referências Bibliográficas

ABRAMO, Lais. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Cienc. Cult.* vol.58 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2006 Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252006000400020&script=sci_arttext> Acesso em Mai de 2013

ABRANTES, Nyedja Nara Furtado de. **TRABALHO E ESTUDO: UMA CONCILIAÇÃO DESAFIANTE.** Unidade Acadêmica de Educação/CFP/UFCG Campina Grande, REALIZE Editora, 2012.

BOCK, A. M. M. & LIEBESNY, B. (2003). Quem eu quero ser quando crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens em São Paulo. Em S. Ozella (Org.), *Adolescências Construídas - A Visão da Psicologia Sócio-Histórica*, (pp. 2003-222). São Paulo: Editora Cortez.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher no Brasil: tendências recentes. In: Saffioti Heleieth I.B; MUÑOZ-Vargas, Mônica. *Mulher Brasileira é Assim.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação. In: ROCHA, Maria Isabel B. *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios.* São Paulo: Ed. 34, 2000.

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa Trabalho, educação e rendimento das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena e SEGNINI, Liliana (Orgs.) *Organização, Trabalho e Gênero.* São Paulo: Editora Senac, 2008.

CAMARANO AA, Kanso S, FERNANDES, DC. Saída do mercado de trabalho: qual é a idade? *Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise* nº 51, Maio de 2012

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão salarial: uma crônica do salário.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CARVALHO. Joari Aparecido Soares de. Alguns aspectos da inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil: concepções, dados estatísticos, legislação, mecanismos de inserção e políticas públicas. Disponível <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/146.pdf>> Acesso em 10 maio de 2013.

CARRANO, Paulo; JUAREZ, Dayrell. *Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno II: o jovem como sujeito do ensino médio.* Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.

CLEMENTINO, Josbertini Virginio. *Aprendizagem Profissional: A Lei Que Promove Trabalho Decente Para A Juventude E Desenvolvimento Econômico E Social Para O Brasil.* 2003. Disponível <<http://forumdasjuventudes.org.br/wpcontent/uploads/2013/09/APRENDIZAGEM-PROFISSIONAL.pdf>> Acesso em 12 de Jun de 2014

CORROCHANO, M.C.; FERREIRA, M. I.; FREITAS, M. V.; SOUZA, R. Jovens e trabalho no Brasil – desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, Instituto ibi, 2008.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens no Ensino Médio: Qual o lugar do trabalho. In: DAYRELL, Juarez. CARRANO, Paulo. MAIA, Carla Linhares.*et. al.* (orgs.) Juventude e ensino médio: Sujeitos e Currículos em Diálogo. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2014. p. 205–227.

CORTI, Ana Paulo. SOUZA, Raquel. Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores. São Paulo: Ação educativa. 2004

COSTANZI, Rogério Nagamine. Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009. 220p.

CURADO, Jacy Corrêa and MENEGON, Vera Sonia Mincoff. Gênero e os sentidos do trabalho social. *Psicol. Soc.* [online]. 2009, vol.21, n.3, pp. 431-441. ISSN 0102-7182.

CZELUSNIAK, Adriana. Gênero influencia a escolha da profissão. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidauniversidade/conteudo.phtml?id=1224858&tit=Genero-influencia-a-escolha-daprofissao>> Acesso em 16 jun de 2012.

DAYRELL, J. (2003). O Jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 40-52. Recuperado de <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/275/27502404.pdf>

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007

DAYRELL, Juarez. CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: Quem é este aluno que chega a escola. In: DAYRELL, Juarez. CARRANO, Paulo. MAIA, Carla Linhares.*et. al.* (orgs.) Juventude e ensino médio: Sujeitos e Currículos em Diálogo. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2014. p. 101–133.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *As pesquisas denominadas "estado da arte"*. *Educ. Soc.*, Ago 2002, vol.23, n.79, p.257-272.

FIGUEIREDO, Nice. Da importância dos artigos de revisão da literatura. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 131-135, jan./dez. 1990.

FONSECA, Laura Pereira da. *Culturas Juvenis, percursos femininos: experiências e subjetividades na educação de raparigas*. Oeiras: Celta Editora, 2001.

FORTUNATTI, Zulira Fatima de Saibro. GABOARDI LUCAS, Michele. *Jovem Aprendiz: Benefícios Do Trabalho Na Adolescência*. *Unoesc & Ciência - ACBS*, Joaçaba, v. 4, n. 2, p. 155 -164, jul./dez. 2013

GRASSI, Paula Cervelin. Gênero e Juventude(s): emergências educativas. Aedos n. 11 vol. 4 - Set. 2012

HAYASHI, M. C. P. I.; HAYASHI, C. R. M.; MARTINEZ, C. M. S. Estudos sobre jovens e juventudes: diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira. *Educação, Sociedade & Culturas*, p. 131-154, 2008.

KUENZER, Acácia. Desafios Teórico- Metodológicos da Relação Trabalho-Educação e o Papel Social da Escola. In: FRIGOTTO, GAUDÊNCIO (org.) Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século. 9^a ed. Petrópolis - RJ. Vozes, 2008

LEÃO, Geraldo. CARMO, Helen. A Escolarização E O Trabalho No Horizonte De Jovens De Um Curso Pós-MédiO. 2012. Disponível em <
http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/A_ESCOLARIZACAO_E_O_TRABALHO_NO_HORIZONTE_DE_JOVENS_DE_UM_CURSO_POS-MEDIO.pdf> Acesso 16 Maio 2014.

LEMOS. Marcelo Rodrigues. Desvendando desigualdades: um estudo sobre a articulação gênero e trabalho na sociologia brasileira (1970 – 1990). Disponível <
http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1276546222_ARQUIVO_FG9MarceloLemos.pdf: Acesso em 10 maio de 2013.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; KOLLER, Silvia Helena, (Org.). Adolescência e juventude: risco e proteção na realidade brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

LOURO, Guacira L. Nas Redes do Conceito de Gênero. In: LOPES, M.J.M. MEYER, D.E. WALDOW, V.R. (orgs). Gênero e Saúde. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação* - Uma perspectiva pósestruturalista. Petrópolis: Vozes, v. 01, 1998.

MACÊDO, Goiácira Nascimento Segurado. A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional. 181 pág. Universidade Católica de Goiás. 2003.

MAIA. Carla Valéria Vieira Linhares. Cartografias Juvenis: Mudanças e Permanências nos territórios e Modos de Ser Jovem. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. 2010.

MALHEIROS, Márcia Rita Trindade Leite. Pesquisa na Graduação. Disponível em www.profwillian.com/_diversos/download/prof/marciarita/Pesquisa_na_Graduacao.pdf. Acessado em: 20 Maio de 2013.

MATTOS, Elsa de and CHAVES, Antônio Marcos. Trabalho e escola: é possível conciliar? A perspectiva de jovens aprendizes baianos. *Psicol. cienc. prof.* 2010, vol.30, n.3, pp. 540-555.

MATSUZAKI, Hugo Hidemi. O desafio da Lei do jovem aprendiz: um estudo da aplicação da lei 10.097/00 como política pública na inclusão de jovens no mercado de

trabalho. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2011.

MARQUES, Léa. A construção de uma agenda das jovens mulheres e o mundo do trabalho. 2012.

Disponível em

http://www.democraciasocialista.org.br/democraciasocialista/artigos/item?item_id=434364 Acesso em 20 Maio de 2013.

McROBBIE, Angela; GARBER, Jenny. "Girls and Subcultures." In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (eds.). *Resistance Through Rituals. Youth Subcultures in Post-War Britain*. London:Hutchinson; Birmingham: The Center of Contemporary Cultural Studies from the University of Birmingham, 1975. p. 209-222

MEYER, Dagmar E. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: *Gênero e Saúde*, Marta Lopes et al. (Orgs.).

Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 48 (com adaptações).

MOREIRA, Eliana Monteiro. A regência do afetivo: laços familiares e reprodutivos. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

MOURA, LEILA SILVA. Juventude: trabalho e gênero. Políticas Públicas, Gênero e Trabalho - II Seminário Nacional de Trabalho e Gênero. Acesso em 03 Maio de 2013 http://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/uploads/245/original_stg2008-1-5.pdf

MULLER, Elaine. Juventude e algumas questões e relações de gênero. *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, n. 11, v. 5, jul./set. 2004.

NONATO, Symaira Poliana. A condição juvenil dos jovens trabalhadores da Cruz Vermelha Brasileira n campus Pampulha da UFMG. Dissertação(Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2013.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.) *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Camila de. SIMÃO, Leonardo Peixoto. A importância da inserção do aprendiz no mercado de trabalho. *Revista Faculdade Montes Belos*, v. 5, n. 1, Mar. 2012

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Relatório Laboral*. Bruxelas, 2005

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Relatório: Trabalho Decente e Juventude no Brasil*. 2009. Disponível em:

<<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 14 julho 2013

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PAIS, José Machado. *Vida Cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003

POSTHUMA, A. LOMBARDI, M.R. Mercado de Trabalho e Exclusão Social da Força de Trabalho Feminina. In: ABRAMO, L; ABREU, A.R.P. *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana*. São Paulo: ALAST/SERT, 1998.

RAITZ, T. R. & PETTERS, L. C. F. (2008). Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 408-416

SALES, Shirlei Rezende. Orkut.com.escol@ : currículos e ciborguização juvenil. Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. 2010.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. *Jovens Adolescentes E A Inserção Ao Mundo Do Trabalho: Influências E Percepções*. Centro Universitário FIEO – Osasco – SP – Brasil-Faculdade Nossa Cidade - Carapicuíba SP-Brasil, 2011.

SIQUEIRA, Janes Teresinha Fraga. *O jovem que estuda e trabalha*. O caso do Brasil e da Argentina. 1998. 164 p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de PósGraduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

SOUZA, Elisângela Bento de. SOUSA, Juliana Karrazony de. SILVA, Grayceane Gomes da. JUVENTUDE E TRABALHO DECENTE: os desafios na contemporaneidade. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br> Acesso em 14 julho 2013

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. São Paulo: Educação e Realidade. V. 16 (2), 1990.

SCOTT, Joan. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99.

SPOSITO, Marília. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área de educação. Juventude e escolarização (1980-1998). Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002, p. 7-40.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO,HW. BRANCO, PP.M. (Org.)Retratos da juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005

TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo. 2007. 441f. Tese (Doutorado) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VENTURI, G.e RECAMÁN, M. (2005). As mulheres brasileiras no início do século XXI (Relatório dos direitos humanos no Brasil). Recuperado em 13 junho 2013, de <http://www2.fpa.org.br>

WELLER, Wiviam. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. Estudos Feministas, Florianopolis, SC. 13(1): 216, janeiro-abril, 2005.